UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS

POLITICA LUSO-ESPANHOLA PARA A REGIÃO DO RIO DA PRATA NA 2ª METADE DO SÉCULO XVIII

- Rio Pardo e a defesa das fronteiras -

Porto Alegre, RS
2019

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS

POLITICA LUSO-ESPANHOLA PARA A REGIÃO DO RIO DA PRATA NA 2ª METADE DO SÉCULO XVIII

- Rio Pardo e a defesa das fronteiras -

Artigo apresentado ao Curso de História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Historiador Militar.

Orientador:
Prof. Carlos Roberto Carvalho Daróz,
Especialista em História Militar

Porto Alegre, RS
2019

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS

POLITICA LUSO-ESPANHOLA PARA A REGIÃO DO RIO DA PRATA NA 2ª METADE DO SÉCULO XVIII

- Rio Pardo e a defesa das fronteiras -

Este Artigo foi julgado adequado à obtenção do título de Especialista em História Militar e aprovado em sua forma final pelo Curso de História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, SC, ___de _____ de 20__.

Prof. e Orientador Carlos Roberto Carvalho Daróz, Esp. em História Militar
pela Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. _____, Especialista em História Militar
pela Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof. _____, Especialista em História Militar
pela Universidade do Sul de Santa Catarina

Luiz Ernani Caminha Giorgis*

Resumo: as lutas entre espanhóis e portugueses na grande Região do Rio da Prata começaram antes do próprio descobrimento do Brasil, ou seja, no Tratado de Tordesilhas de 1494. A linha do meridiano de Tordesilhas suscitou diversas interpretações no que se refere ao Cone Sul. Conforme os geógrafos espanhóis, ele passava a leste do território onde hoje é o Rio Grande do Sul. Segundo os portugueses, ele passava em cima do Rio da Prata, ou seja, contendo assim o território citado como pertencendo à Coroa portuguesa. Durante a União Ibérica (1580-1640) o meridiano deixou de ser observado: todos os territórios passaram a pertencer à Espanha. Em 1640, tudo voltou ao *status quo ante*. Em 1680, os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento às margens leste do Rio da Prata. Foi o marco inicial das contendas diplomática e bélicas na região. Diversos tratados trataram do tema, mas o que mais se destacou foi o Tratado de Madri de 1750, que estabeleceu Sacramento ao domínio espanhol e as Missões ao norte e noroeste do atual Rio Grande do Sul para Portugal. Nas demarcações que se seguiram os ameríndios guaranis, sob controle dos jesuítas, ameaçaram fortemente as demarcações, originando a Guerra Guaranítica de 1754/56. Neste processo, foi fundada a Vila de Rio Pardo pelos portugueses, como a base mais a leste do território rio-grandense para o apoio humano e material às demarcações. Surge então a saga de Rio Pardo e seus primeiros habitantes militares e civis, como baluartes não somente contra as ameaças dos indígenas mas também contra as futuras contendas bélicas contra os espanhóis invasores do território em 1763.

Palavras-chave: Colônia do Sacramento. Tratado de Madri. Guerra Guaranítica. Rio Pardo. Invasões Espanholas.

1 INTRODUÇÃO

O processo que será analisado deve ser entendido desde a descoberta da América por Cristóvão Colombo em 1492.

Os demais eventos que deram origem ao processo são, nesta ordem:

a) o Tratado de Tordesilhas (1494);

b) a Descoberta do Brasil (1500);

c) a União das Coroas Ibéricas (1580/1640);

d) o Estabelecimento da Jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro até o Rio da Prata (1676);

e) a fundação da Nova Colônia do Santíssimo Sacramento (1680);

---

* Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Historiador Militar. Orientador: Prof. Carlos Roberto Carvalho Daróz, Especialista em História Militar.

f) o Tratado de Lisboa de 1681;

g) o Tratado de Utrecht de 1715;

h) a fundação da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1737);

i) o Tratado de Madri (1750);

j) a Guerra Guaranítica (1754/56);

k) o Tratado de El Pardo (1761);

l) a invasão espanhola e ocupação de parte do Rio Grande do Sul pelos espanhóis (1763/1777);

m) o Tratado de Santo Ildefonso (1777); e

n) o Tratado de Badajoz (1801).

É necessário entender o processo, pelo menos, desde a fundação da Colônia do Sacramento em 1680, quando começaram as desavenças diretas entre portugueses e espanhóis na região do Rio da Prata. Estas lutas se prolongaram por 121 anos, sendo concluídas em 1801 com o Tratado de Badajoz.

Desde a fundação da Colônia do Sacramento o que, por si só já foi um problema em vez de ser uma solução, portugueses e espanhóis passaram a lutar pelo poder na região do Rio da Prata. A corte portuguesa entendia que a jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro se expandiria até a margem esquerda do Rio da Prata.

Setenta anos depois, uma solução visualizada pelas duas coroas foi a realização de uma troca. Os espanhóis cederiam a região das Missões, que é toda a região noroeste do atual Rio Grande do Sul, em troca da Colônia do Sacramento, que estava em poder lusitano.

Surgiu então o Tratado de Madri de 1750 para operacionalizar essa troca.

Na verdade, o Tratado estipulava divisões territoriais luso-espanholas em todo o território ocupado pelos portugueses desde a União das Coroas Ibéricas, que vigorou entre 1680 e 1640. Destacou-se neste processo o diplomata brasileiro de Santos, SP, Alexandre de Gusmão[1].

Foi em função deste Tratado que foram aceitos os pressupostos do direito romano que consagraram os princípios do *uti possidetis, uti possideatis iuris*. Este princípio consagra o domínio para quem já tem a posse territorial. É uma fórmula diplomática que estabelece o direito de um país a um território, baseada na ocupação pacifica dele, ou ainda, que faz prevalecer a melhor posse provada da coisa imóvel, no caso de litígio de limites com outra contígua.

[1] Alexandre de Gusmão foi secretário particular do Rei de Portugal Dom João V entre 1730 e 1750. Manteve grande influência nas decisões de Portugal sobre o Brasil. Representou Portugal em várias oportunidades, incluindo em Roma, onde chegou a ser convidado à corte do Papa Inocêncio XIII.

E assim o Brasil passou a ter, legitimamente, o território atual, acrescido depois pelo Acre. Sem esquecer o notável desbravamento realizado pelos exploradores e bandeirantes, dos quais se destacaram Antônio Raposo Tavares e Pedro Teixeira, entre outros.

Os problemas começaram a surgir face às dificuldades de operacionalizar os acertos referentes ao Tratado entre as duas coroas, a portuguesa e a espanhola. Os diplomatas começaram a agir no que se refere às demarcações, e os indígenas missioneiros reagiram fortemente, levando Portugal e Espanha à reformulação do Tratado de Madri. Este é o conjunto dos problemas, que redundou em guerras e disputas territoriais. Mas, no fundo, o que se salientava entre portugueses e espanhóis, era a desconfiança mútua.

Este trabalho visa esclarecer o processo de demarcação estabelecido pelo Tratado de Madri destacando a importância de Rio Pardo no contexto e tendo como pano de fundo as rivalidades e desconfianças mútuas entre lusitanos e espanhóis.

A fase que interessa diretamente a este trabalho começa com as demarcações do Tratado de Madri de 1750, que originaram a fundação da Vila de Rio Pardo e com a transferência de parte do efetivo dos Dragões do Rio Grande da região de Rio Grande para Rio Pardo. Rio Pardo se tornou, a partir daí, excepcional ponto de apoio para as demarcações, reforçada pela consolidação da comunidade, e como posto avançado contra a ocupação espanhola.

Rio Pardo foi, durante muito tempo, a posição luso-espanhola mais a oeste do território, arcando com todos os encargos de entreposto logístico, sede de organizações militares e baluarte contra os anseios mavórticos e expansionistas dos espanhóis. No fundo de tudo, a inconformidade da Espanha em perder o território do RS, o qual ela sempre considerou seu, desde o Tratado de Tordesilhas.

É válido ressaltar, entretanto que, mesmo que não façam parte deste trabalho, outras lutas se seguiram, porém em outro contexto, já que nas duas primeiras décadas do século XIX as nações do Prata se tornaram independentes da Espanha. Além disso, em função das invasões napoleônicas na Península Ibérica (1807), a corte portuguesa havia transferido a sede do Império Português para o Rio de Janeiro. Em resumo, a saga dos luso-portugueses-gaúchos em manter e preservar Rio Pardo é o tema deste trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

Além das informações históricas, neste ítem procuraremos mostrar que desde cedo a região foi devassada por indígenas, jesuítas e bandeirantes, antes de ser povoada por estancieiros e suas famílias, padres, professores e militares que foram no sentido de ali permanecer.

2.1 INFORMAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A REGIÃO DE RIO PARDO

Rio Pardo foi elevada à condição de vila em 7 de outubro de 1809. Em 2017, completou 208 anos. O site da Prefeitura fornece a seguinte síntese histórica sobre Rio Pardo:

> Localizada no Pampa Gaúcho, foi uma das primeiras vilas a serem criadas e sua história está intimamente ligada à formação do estado, dando origem a mais de 200 Municípios do Rio Grande do Sul. Teve um papel importante e estratégico como fortaleza de defesa da fronteira na conquista do território aos espanhóis. Daí seu mote de *Tranqueira Invicta*. Foi palco da Guerra Guaranítica, na qual um dos episódios mais conhecidos culminou com a prisão do lendário indígena Sepé Tiaraju. Foi palco, também, da Revolução Farroupilha e sua história está ligada à Guerra do Paraguai. Sua origem é, desta forma, essencialmente vinculada a partir de eventos de disputas territoriais e, no passar do tempo, da colonização, que ajudou a construir uma identidade bastante peculiar, influenciada por aspectos culturais e econômicos. Povoada principalmente por açorianos, que fundaram famílias que se ligaram às mais ilustres do estado tornou-se, no século XIX, centro de produção agrícola, pecuária de corte e transporte ferroviário. O seu porto fluvial é um movimentado entreposto de comércio. Sua antiguidade deixou marcas ainda visíveis na cidade, em tradições e na sua rica arquitetura colonial, que fazem de Rio Pardo uma cidade com atrações turísticas de características ímpares, trazendo arquitetos, historiadores, fotógrafos e interessados em turismo rural. Às margens do rio Jacuí, é um dos quatro municípios mais antigos do Rio Grande do Sul e de grande importância histórica, dando origem a mais de 200 outros Municípios. No século XVII e no século XVIII, o município de Rio Pardo compreendia quase 157 mil quilômetros quadrados, mais da metade do território sul-rio-grandense. Era habitada pelos nativos "tapes", que foram depois reduzidos pelos jesuítas espanhóis nas Missões Orientais do Tapes, por volta de 1633. Os bandeirantes paulistas fizeram três incursões para escravizar missioneiros, obrigando as missões da região a recuarem para a margem direita do rio Uruguai, apesar dos portugueses terem sido derrotados e expulsos na última incursão, quando da batalha de M'bororé. Em 1715, chegaram ao atual município os primeiros colonizadores portugueses avulsos. O forte Jesus, Maria, José do Rio Pardo, em 1752, foi construído com o intuito de ser a fortificação mais a oeste na chamada Guerra Guaranítica (1753-1756). Alguns anos após, chegaram os primeiros colonizadores açorianos, que foram povoando a cidade inicialmente em volta do forte. Foram estabelecidas plantações e fazendas criatórias, que sustentaram a economia e a sociedade regional. Quando das invasões espanholas, a partir de 1761, Rio Pardo nunca foi derrotada. Por isso, a sua alcunha: *Tranqueira Invicta*. Foi de Rio Pardo que, em 1801, partiram José Borges do Canto e seus companheiros que, em aliança com parcialidades dissidentes dos guaranis missioneiros, insatisfeitas com a administração militar espanhola, conquistaram as Missões para o império lusitano, que hoje representa 1/3 do estado. Após essa conquista, os guaranis missioneiros perderiam, em algumas décadas, o que restava das fazendas coletivas, em favor de latifundiários luso-brasileiros. Alguns historiadores contam que foi "no atalaia do Rio Pardo que se plasmou a alma guerreira dos rio-grandenses", visto que os Dragões (tropa de elite) estiveram em Rio Pardo de 1750 até 18-23, portanto durante 73 anos. Por estas razões, uma parte significativa das famílias do Rio Grande do Sul, com raízes no passado mais distante, tem ligação com esta cidade. Inclusive muitas famílias de proprietários vinham casar suas filhas com cadetes que vinham de todo o Brasil estudar na cidade[2].
>
> Em 1807, foi criada a Capitania de São Pedro e, em 7 de outubro de 1809, através do Decreto Real assinado por D. João VI, Rio Pardo foi elevada à condição de vila, com o nome de Vila do Príncipe. Em 31 de março de 1846, a vila de Rio Pardo foi elevada

[2] Rio Pardo possuiu uma escola militar que teve várias denominações ao longo do tempo: Escola Militar Preparatória da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; Escola Tática e de Tiro de Rio Pardo; Escola Prática de Infantaria e Cavalaria do Rio Pardo e Escola Preparatória e de Tática do Rio Pardo (BENTO e GIORGIS, 2005, p. 59/87).

> à categoria de cidade[3]. Além da importante participação na conquista da região das Missões, o município se destacou na Revolução Farroupilha (1835-1845) e na Guerra do Paraguai (1865/70). A seguir, vieram colonizar a região os imigrantes alemães e de outras origens[4]. A economia de Rio Pardo esteve apoiada na criação animal, na agricultura e no comércio, fortemente movidos pela mão de obra africana e afrodescendente escravizada (PREFEITURA DE RIO PARDO. **Dados do Município de Rio Pardo. Disponível em** www.riopardo.rs.gov.br/dados-do-municipio-de-rio-pardo/Acesso em 03 Jun. 2019).

É inconteste a representação histórica de Rio Pardo no processo histórico da evolução do Brasil e do Rio Grande do Sul. As fronteiras do Continente de São Pedro do Rio Grande do Sul foram balizadas pela presença de Rio Pardo como bastião nunca violado contra as investidas dos espanhóis no século XVIII.

A obra ESCOLAS MILITARES DE RIO PARDO, publicada em conjunto em 2005 pela então Academia de História Militar Terrestre do Brasil e pelo Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul[5], revela antecedentes importantes sobre o que representou não só a sede mas toda a área de Rio Pardo nos séculos XVIII e XIX em relação à evolução da ocupação humana e da segurança do Rio Grande do Sul contra agressões estrangeiras.

As obras GUIA HISTÓRICO DE RIO PARDO, de autoria do historiador Dante de Laytano e HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL, de Guilhermino César, constituem fontes de elevado valor. Passamos a examinar estas obras, entre outras, e destacar aspectos relevantes sobre a referida fase do processo histórico da formação do Rio Grande do Sul[6].

O esboço do processo histórico e, principalmente, a importância do território e das populações de Rio Pardo na formação e na defesa das fronteiras do Rio Grande do Sul, são os objetivos deste trabalho.

2.2 LOCALIZAÇÃO, ECONOMIA E INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

O município de Rio Pardo fica localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul. Suas coordenadas, de acordo com o site da Prefeitura (riopardo.rs.gov.br), são as seguintes:

---

[3] Conforme a Fundação de Economia e Estatística: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do Rio Grande do Sul 1803 - 1950. Porto Alegre, 1981. p. 51: “Em dezembro de 1804, Paulo José da Silva Gama, governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, sugeriu ao Príncipe Regente D. João que fosse mudada a denominação de Rio Pardo para Vila do Príncipe e a de Santo Antônio da Patrulha para Vila da Anadia, com o objetivo de homenagear o Príncipe Regente e o Ministro do Reino Visconde de Anadia. Nenhuma destas duas sugestões foi adotada”.

[4] Conforme ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Globo, 1969. Volume I, as colônias alemãs foram criadas em Rio Pardo com a criação da Colônia Santa Cruz em 1849, seguindo-se a do Rincão Del Rei, em 1850; Monte Alverne, em 1859; Rio Pardense, em 1862; e Candelária, em 1863.

[5] Ver Bibliografia. Páginas 36/45.

[6] A partir deste ponto, usaremos a forma abreviada de Rio Grande do Sul: RS.

latitude 29º 59’ 23” sul e longitude 52º 22’ 41” oeste. A altitude da sede do município é de 47 metros acima do nível do mar. Sua área é de 2.050,531 km². A população, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referida ao ano de 2010, é de 37.602 habitantes. A densidade populacional é de 18,34 habitantes por km².

A distância à capital do Estado, Porto Alegre, é de 140 Km. Rio Pardo está cercada pelos seguintes municípios: Santa Cruz do Sul, Pantano Grande, Encruzilhada do Sul, Cachoeira do Sul, Passo do Sobrado, Minas do Leão, Candelária, Vera Cruz e Vale Verde.

A região possui clima subtropical, com verões muito quentes e invernos frios. É pequena a ocorrência de geadas e as médias anuais de temperatura variam entre 18° e 20°C. O município de Rio Pardo é banhado pelos rios Jacuí, que corre no sentido oeste-leste, e pelo seu afluente, o rio Pardo, que corre no sentido norte-sul. O rio Pardo, que confere o nome ao município, divide o território em duas porções.

A vegetação é formada de acordo com a seguinte classificação: Mata de Planície, Parque de Maricá, Vegetação Palustre e Vegetação Campestre. A economia de Rio Pardo é eminentemente agropastoril. O PIB per capita é de R$ 21.255,57, conforme dados do IBGE referidos a 2015. O gentílico é RIOPARDENSE.

2.3 O ARRASAMENTO DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS NA ÁREA DE RIO PARDO PELOS BANDEIRANTES DE ANTÔNIO RAPOSO TAVARES

Este bandeirante realizou cinco incursões na área do atual RS. A primeira, foi em 1635/36. Comandando 120 paulistas e 1.500 índios tupis e partindo de São Paulo, a bandeira de Raposo Tavares penetrou no RS pela região da atual Vacaria. Através do rio das Antas e do Taquari, ele atingiu o Jacuí e prosseguiu a montante até Rio Pardo atual.

Em 1636, Raposo Tavares arrasou as reduções jesuíticas da margem direita do rio Pardo. Eram elas, a de Jesus-Maria, localizada cerca de 20 km acima da foz do rio Pardinho; a de São Joaquim, localizada nas pontas do mesmo rio, na serra de Botucaraí; e a de São Cristóvão, situada abaixo da foz do rio Pardinho (BENTO e GIORGIS, 2005, p. 36).

Conforme Dante de Laytano em sua obra Guia Histórico de Rio Pardo, em 1633 o Padre Pedro Mola havia fundado a redução Jesus-Maria “no sopé do último contraforte da Serra do Botucaraí, à margem direita do Yequi (Rio Pardo), cerca de 20 Km acima da foz do Yequiji (rio Pardinho)” (LAYTANO, 1979, p. 111). No mesmo ano, “o Padre Juan Suarez, à margem direita do rio Pardo em suas pontas na Serra do Botucaraí funda a redução de São Joaquim” (Idem).

Ainda conforme o mesmo autor e na mesma obra, no ano seguinte (1634), na margem direita do Rio Pardo, abaixo da foz do rio Pardinho, à meia distância dessa foz do Jacuí e ao Sudeste da Atual Cruz Alta do Rio Pardo, o Padre Contreiras fundava a redução de São Cristóvão. Estas foram as três reduções arrasadas pela ação predatória e de preia de indígenas consumada pelos bandeirantes de Raposo Tavares. Interessante ressaltar que a Bandeira de Tavares contava com a participação de 1.500 indígenas tupis. O total de reduções jesuíticas no RS alcançou 30 "povos" (RIHGB, 1858, p. 300).

2.4 ANTECEDENTES HISTÓRICOS – AS PRIMEIRAS ESTÂNCIAS, FATORES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Dante de Laytano (p. 111) registra que as primeiras propriedades de criação de gado (estâncias[7]) na região foram estabelecidas a partir de 1724, e que nove anos depois um número não preciso de famílias portuguesas expulsas da Colônia do Sacramento pelos espanhóis teria vindo se fixar na área de Rio Pardo atual. Estas famílias teriam sido lideradas pelo Sargento-Mor João Pedroso de Albuquerque, o qual teria se fixado definitivamente em Rio Pardo e deixado descendência.

O Sargento-Mor Luiz Manoel de Azevedo, citado por Laytano na página 76 do Guia, registra que "De Viamão thé (sic) o Rio Pardo toda a terra da parte direita do Rio Ingahyba[8] está povoada pelos portugueses com fazendas de gado, huas (sic) antigas e outras de pocos (sic) anos" (LAYTANO, 1979, p. 76).

O mesmo autor registra que as seguintes fazendas, algumas ainda existentes, balizaram a ocupação do território de Rio Pardo (LAYTANO, 1979, p. 86):

a) Fazenda de Dom Feliciano Prates;

b) Fazenda do Barão de Quaraí;

c) Fazenda das Pombas;

d) Fazenda da Quinta;

e) Fazenda das Pederneiras;

f) Fazenda Silveira Franco; e

g) Fazenda do Espinilho.

---

[7] Palavra comum aos idiomas luso e castelhano. Estabelecimento rural destinado à criação de gado. Fazer "estância" significa estabelecer-se em caráter permanente, fixar-se na terra.

[8] Refere-se Azevedo ao atual Rio Guaíba ou, a montante, o Rio Jacuí.

Conclui-se, portanto, que a região de Rio Pardo já estava ocupada, pelo menos parcialmente, antes mesmo da chegada do Brigadeiro José da Silva Paes a Rio Grande em 1737. Neste desideratum, a obra "Terra Farroupilha – Formação do Rio Grande do Sul" de Aurélio Porto (Organizador) (p. 138) nos relata que no final de 1725, de Laguna, já havia partido uma expedição de 30 pessoas sob o comando de João de Magalhães[9], genro do Capitão-Mor Francisco de Brito Peixoto, para "escolher sítio para uma povoação" na região da península de Torotama, próxima à futura Rio Grande. Foi uma expedição de "caráter militar" (p. 151) que, embora tenha permanecido na região por somente dois anos "sua missão fora garantir a passagem do Rio Grande para facilitar a tomada dos gados das campanhas" (idem, p. 153).

O Coronel Cláudio Moreira Bento (1996, p. 17) complementa dizendo que João Magalhães "passou a controlar todo o território litorâneo até Laguna e estabeleceu ligação com a Colônia" (do Sacramento). Esta frota protegeu o sangradouro da Lagoa dos Patos das ações dos índios e dos espanhóis tendo, ainda, melhorado as condições de travessia, feito aliança com a tribo dos Minuanos e cobrado imposto de passagem de gado (Idem).

Laguna, portanto, fundada em 1684, foi a base da conquista do RS. Os exploradores oriundos de Santos, SP, Domingos de Brito Peixoto, seu filho Francisco e João de Magalhães foram os pioneiros no desbravamento dos caminhos para o sul.

Durante muito tempo, as três únicas povoações existentes no RS foram Rio Grande, Viamão e Rio Pardo, surgidas nesta ordem. Viamão foi originada pela chegada e fixação de residência de Francisco Carvalho da Cunha, em 1741, no sítio Estância Grande, onde foi erguida a capela de Nossa Senhora da Conceição (PREFEITURA DE VIAMÃO. Disponível em: www.viamao.rs.gov.br. Acesso em 05 jun 2019). As estâncias de gado constituíram, portanto, o primeiro fator na presença e na defesa da área.

2.5 RIO PARDO: ENTRE A CRUZ, A ESPADA E A INSTRUÇÃO NA DEFESA DO TERRITÓRIO

A presença da igreja católica em Rio Pardo, é referida por Dante de Laytano ao ano de 1749, quando passou a existir formalmente a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo, atendo-se aquele autor ao historiador Monsenhor José de Souza Azevedo e Araújo Pizarro (1753-1830), cujo trabalho está publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), tomo nº 21, 3º trimestre de 1858.

---

[9] Referida na historiografia como "Frota de João Magalhães".

Conforme “Terra Farroupilha” (op. cit. p. 211), a Provisão de 8 de maio de 1769 criou a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo com as seguintes capelas:

1 – São Francisco de Assis;

2 – Senhor Bom Jesus dos Passos; e

3 – São Nicolau (idem, p. 211).

As chamadas VIGARARIAS GERAES FORANEAS (Ibidem, p. 213) previam a Freguesia de Rio Pardo como englobando as paróquias de Nª Sª do Rio Pardo, Santa Cruz e Nª Sª da Candelária. O ensino nas vilas foi, pelo menos inicialmente, praticado pelos padres. Na página 242 da obra acima citada verifica-se o seguinte em relação ao ensino em Rio Pardo:

> Se a instrução na capital da província era quasi nula, só se iniciando com carater público em 1820, é de se imaginar o que aconteceria nas vilas e povoados do interior, onde escasseavam todos os elementos para isso, com exclusão de Rio Pardo que, por circunstâncias especiais, teria vida intelectual, talvez, mais intensiva que a de Porto Alegre. Estavam aí sediadas as principais forças da Província, principalmente o Regimento de Dragões que recebia, como oficiais, continuamente, homens ilustres, quer estrangeiros, quer nacionais. Aí floresceram os primeiros poetas, os primeiros pensadores, os arautos da Revolução Farroupilha. Em trabalho sobre os poetas da Revolução, cita o dr. Eduardo Duarte vários nomes de cultores do verso, naturais de Rio Pardo, como Serafim Alencastre, os Sarmento Mena, os Fontoura e outros que honram as letras riograndenses. Mas, tal como a capital (Porto Alegre), somente em 1820 recebe Rio Pardo a primeira aula pública. Vai exercê-la Joaquim Tomaz de Bem Salinas, nomeado para essa cadeira de primeiras letras em 25 de outubro desse ano. Coruja[10] nos dá interessantes notícias de Bem Salinas. Estivera em Porto Alegre e ali, com outros moços do tempo, representara entremeses e tragédias no teatrinho da Rua do Ouvidor, hoje Uruguai. Aurélio Porto nos forneceu algumas notas genealógicas sobre este primeiro professor público do Rio Pardo. Bem Salinas viera para o Rio Grande como cirurgião. Era natural do Rio de Janeiro e filho legítimo de José Caetano da Silva e sua mulher Joana Perpétua de Sá. Casou com Ana Flora, natural do Taquari. Teve Bem Salinas vários filhos entre os quais o major Joaquim Tomaz de Bem Salinas, que morreu na Guerra do Paraguai e Joaquina, que casou com Francisco de Assis Brasil, e que foram pais do eminente dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil. Em 4 de novembro de 1820 era nomeado professor da cadeira de latim, criada para Rio Pardo, o cirurgião Gaspar Francisco Gonçalves, natural daquela vila e que estudara no Rio de Janeiro. Teve uma vida acidentada, morrendo na *Presiganga*[11], perseguido como farrapo, depois de grandes padecimentos. Em 17 de novembro, ainda para o Rio Pardo, é nomeado professor de primeiras letras Perseverando José Rodrigues Ferreira (VIGARARIAS GERAES FORANEAS. In: PORTO, Aurélio (Org.). Terra Farroupilha – Formação do Rio Grande do Sul – Parte Histórica. Porto Alegre: Governo do Estado, sem data de publicação).

A presença da igreja foi, assim, o segundo fator de presença e defesa do território. O ensino de qualidade consubstanciou o terceiro fator.

E sobre as forças militares, conforme Laytano (1979, p. 111), em 1750 Rio Pardo já contava com uma guarda de 60 aventureiros paulistas, sob o comando do Tenente de Dragões Francisco Pinto Bandeira. Neste mesmo ano, foi mandado construir um quartel, para alojamento da tropa, reserva de mantimentos e trens (tralha de material) pelo Sargento-Mor Luiz Manoel de Azevedo:

---

[10] Trata-se de Antônio Álvares Pereira Coruja, historiador, político, educador e escritor porto alegrense.

[11] Navio prisão da época da Guerra dos Farrapos.

> ...estes campos dos Nossos Povoadores se mandou em hum passo do Rio Pardo postar hua guarda de 60 aventureiros Paulistas de que foi cabo o Tene. De Dragoens Franco. Pinto Bandra. Pa. Assim ficar segura a passagem ou Transito das Tropas, e dos povoadores os gados, e cavalos de que nos poderíamos servir" (AZEVEDO, citado por LAYTANO, 1979, p. 76).

Portanto, a partir desta época, o rio Jacuí foi intensamente utilizado como uma via de acesso militar, e a guarda de aventureiros foi a primeira presença militar na região, constituindo o quarto fator no aspecto da segurança das fronteiras do RS tendo Rio Pardo à frente.

2.6 RIO PARDO E A SUA ORIGEM MILITAR

O Tratado de Madrid de 1750, celebrado entre Portugal e Espanha, procurou corrigir os desentendimentos provocados pelas interpretações do Tratado de Tordesilhas de 1494. Por este Tratado, todo o território do RS pertenceria à Espanha. Mas a Coroa portuguesa assim não entendeu, e buscou expandir o seu império até as margens orientais do Rio da Prata. Foi a origem da Fortaleza de Nova Colônia do Santíssimo Sacramento e, extramuros castrenses, da colônia Nova Lusitânia, hoje Colônia, no Uruguai.

Em 1737, retornando da Colônia do Sacramento, o Brigadeiro José da Silva Paes aportou na região de Rio Grande atual, e fundou o presídio Jesus Maria José, origem da primeira povoação gaúcha, nela fixando a primeira tropa militar na área - os Dragões[12]. Este Regimento passou a ser denominado Dragões do Rio Grande.

Nesta época, as únicas aglomerações humanas no RS eram Viamão e as reduções jesuíticas situadas na região noroeste, às margens do rio Uruguai.

Treze anos mais tarde, pelo Tratado de Madri de 1750, que revogou Tordesilhas, Portugal cedeu à Espanha a Colônia do Sacramento em troca dos Sete Povos das Missões[13]. Para demarcar estes limites e obrigar os índios a evacuar os Sete Povos foi designado, por parte de Portugal, o General Antônio Gomes Freire de Andrade e Castro, futuro Conde de Bobadela (1758), então governador e Capitão-General do Rio de Janeiro. Por parte da Espanha, foi designado Don Gaspar de Munive y Tello – IV Marquês de Valdelírios.

---

[12] Originários dos Dragões Reais de Minas que, por sua vez, eram oriundos de duas companhias de Dragões vindas de Portugal em 1719.

[13] Fundados pelos jesuítas no 2º Ciclo Missioneiro, a partir de 1682, quando eles atravessaram o rio Uruguai vindo do Paraguai. Foram as seguintes as reduções: São Nicolau, São Francisco de Borja, São Miguel Arcanjo, São Luiz Gonzaga, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio.

Ainda no Rio de Janeiro, Gomes Freire ordenou que fossem reconhecidos, ao longo do rio Jacuí, locais ideais à fortificação, para neles serem construídos armazéns, destinados a apoiar a marcha de seu Exército Demarcador em direção aos Sete Povos.

Na pesquisa histórica desta fase, Dante de Laytano reporta-se ao trabalho "Memória"[14], do Sargento-Mor Luiz Manoel de Azevedo, destacando-o como "a obra mais completa com referência à marcha sobre as Missões, marcha que, como se sabe, resultou na fundação da cidade de Rio Pardo" (LAYTANO, 1979, p. 75).

A fundação da Vila, depois cidade de Rio Pardo constituiu o quinto fator no aspecto da segurança das fronteiras do Rio Grande do Sul. E foi em Rio Pardo atual que os portugueses descobriram uma posição estratégica ideal para a construção de uma fortaleza, na confluência de dois rios, o Jacuí e o Pardo, sobre uma posição militarmente privilegiada, com ampla dominância de vistas e de fogos sobre a outra margem e sobre o seu derredor.

Conforme a obra Guia Histórico de Rio Pardo (1979, p. 76), RIO PARDO FOI O TRAMPOLIM DA CONQUISTA PORTUGUESA DO SÉCULO XVIII E PRINCÍPIOS DE XIX. Registra ainda Laytano que: "De Santo Amaro as tropas vieram ao Rio Pardo, e do Rio Pardo continuaram Rio Grande do Sul adentro, não apenas numa marcha militar, mas também lançando as sementes de futuras cidades" (LAYTANO, 1979, p. 80). Depreende-se, portanto, que Rio Pardo foi polo de irradiação do povoamento e de formação de núcleos populacionais rio-grandenses, sendo este o sexto fator de segurança das fronteiras.

2.7 A FORTALEZA DE JESUS MARIA JOSÉ II, EM RIO PARDO

Conforme Guilhermino César em sua obra História do Rio Grande do Sul – Período Colonial (p. 146), referindo-se às ações de Gomes Freire de Andrade em Rio Pardo, no cumprimento da sua missão de demarcar as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri

> E, providência militar de maior importância, fez construir no passo do Jacuí, dando origem à atual cidade de Rio Pardo, um pequeno forte, ou *tranqueira*, como se denominava, sob a invocação de Jesus-Maria-José (o mesmo nome dado por Silva Paes à primeira fortificação erguida no Rio Grande) (CÉSAR, 1970, p. 146).

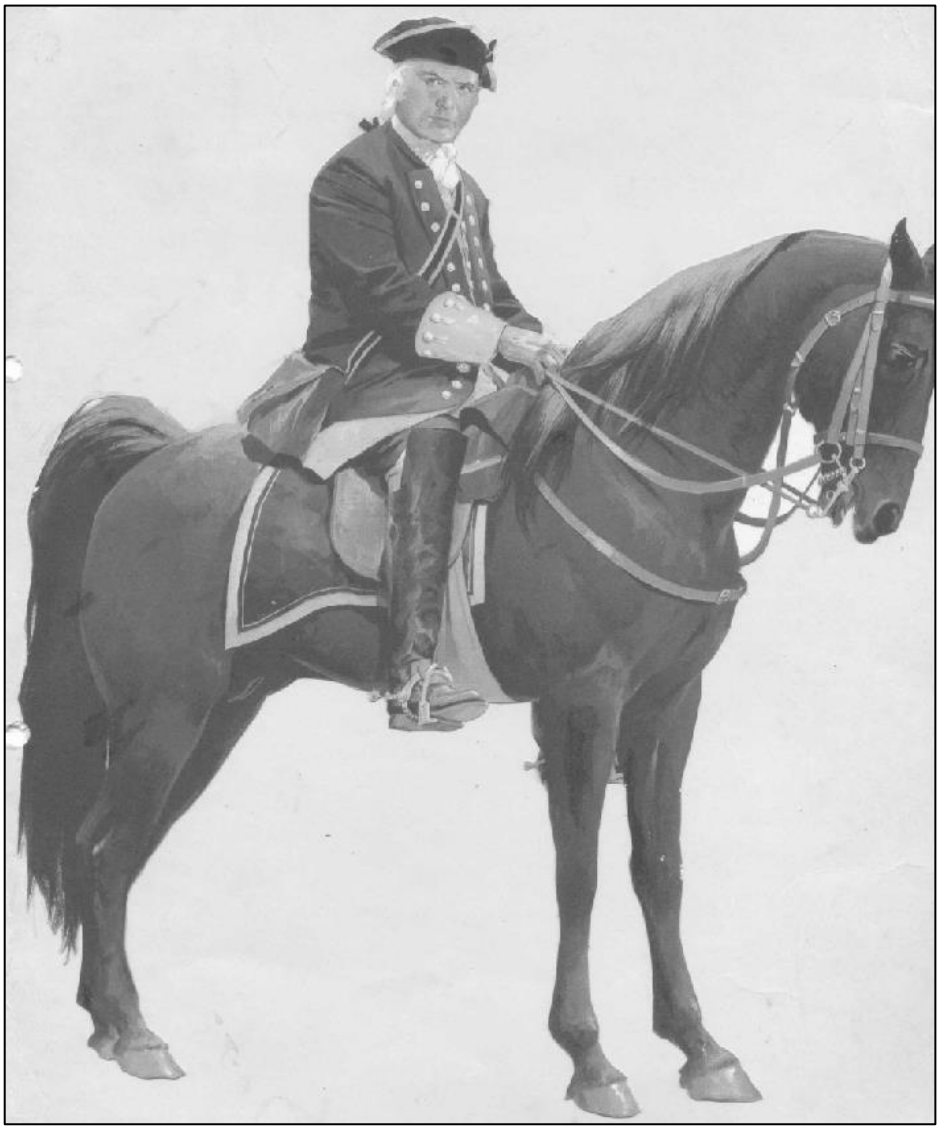
Assim, de abril a maio de 1752,

> no alto de um penhasco sobranceiro ao rio Jacuí, dominando a várzea fronteira ao Sul e olhando altiva os coxilhões de Capivari ao Norte, foi construída a Fortaleza Jesus-Maria-José II, do Rio Pardo, inicialmente sob a forma de uma estacada (Bento; Giorgis, 2005, p. 36).

[14] Laytano registra que esta Memória é de 1º de março de 1752, e que existe outra elaborada em 1754.

A Fortaleza de Jesus-Maria-José II era guarnecida pelos mesmos Dragões do Rio Grande, que receberam, em Rio Pardo, a denominação de Dragões do Rio Pardo.

Imagem 1: imagem de um Dragão do Rio Grande, que passou à História como Dragão do Rio Pardo.



Fonte: Álbum de uniformes publicado pela FHE-POUPEx.

O plano da estacada[15] foi delineado pelo engenheiro João Gomes de Mello e a sua construção foi realizada em dois meses por contingentes dos Dragões do Rio Grande, comandados pelo Tenente Coronel Thomaz Luiz Osorio mais 60 aventureiros de Viamão[16], estes ao comando de um tenente de Dragões, o lagunista Francisco Pinto Bandeira, pai do, mais tarde, famoso guerrilheiro gaúcho, o Major Rafael Pinto Bandeira.

[15] Local cercado e protegido por estacas ou paliçadas.

[16] Conforme o site da Prefeitura de Viamão (http://www.viamao.rs.gov.br/portal/cidade/1/Hist%C3%B3ria) a povoação foi elevada à categoria de freguesia em 1747. Em 1880 desmembrou-se de Porto Alegre para tornar-se vila e sede do município. Viamão foi o primeiro município do RS.

Francisco Pinto Bandeira foi o comandante da 1ª companhia organizada do Regimento de Dragões do Rio Grande. Alguns de seus bravos e ilustres descendentes se encontram sepultados na Igreja São Francisco em Rio Pardo, mesma igreja onde se encontra sepultado o General José Joaquim de Andrade Neves, Barão do Triunfo, herói da Guerra da Tríplice Aliança.

O delineamento da fortaleza mereceu reparos de um assessor do General Gomes Freire, o Engenheiro Militar Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim. Na iminência de um ataque indígena, a construção teve que prosseguir (BENTO; GIORGIS, 2005, p. 37).

Conforme Guilhermino César:

> Entre as maiores figuras da engenharia militar portuguesa [...] contava-se o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, natural da Colônia do Sacramento [...].
> Sob sua direção foi construído o forte de Rio Pardo, entre 1754 e 1755, conforme ofício de Gomes Freire (de 18 Fev 1755) ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (CESAR, 1970, p. 160).

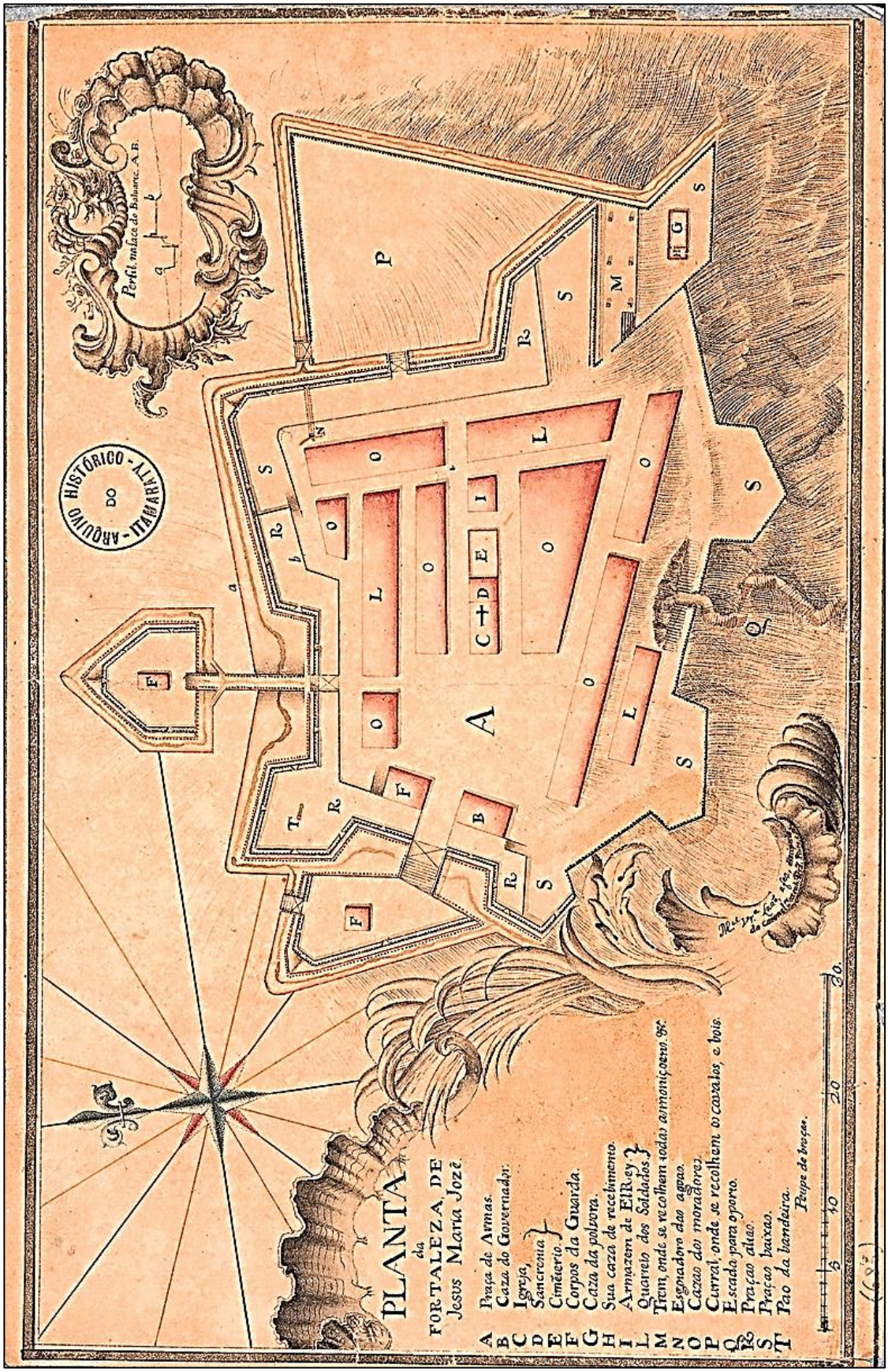
Em função disso, Gomes Freire confirma Rio Pardo para local de concentração das tropas que seguiriam para os Sete Povos das Missões para o cumprimento das disposições do Tratado de Madri. Em 1754, ainda durante a construção da Fortaleza, aquela autoridade determina a transferência de parte dos Dragões de Rio Grande para Rio Pardo, origem dos Dragões de Rio Pardo, o que aumentou a presença militar na região.

Os Dragões de Rio Grande eram originários, por sua vez, dos Dragões D'El Rei das Minas Gerais, tropa portuguesa chegada ao Brasil em 1719 e sediada em Vila Rica, hoje Ouro Preto. Em função destes imperativos, pressupostos e circunstâncias, conforme o Guia Histórico de Rio Pardo:

> Estava fundada a cidade de Rio Pardo, que se chamou, por muito tempo, quartel de Rio Pardo, em vista da sua importância militar. O forte Jesus, Maria, José repeliu as investidas dos indígenas e não permitiu, mais tarde, que as tropas castelhanas passassem. A fortaleza foi um obstáculo intransponível. E a resistência de Rio Pardo consolidou a conquista e a colonização dos portugueses no sul do Brasil. Até hoje o lugar onde se encontrava a fortaleza é denominado Alto da Fortaleza (LAYTANO, 1979, p. 86).

Era a seguinte a configuração da Fortaleza, conforme Planta existente nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o Itamaraty, em Brasília, DF (Imagem 2).

Imagem 2 – Planta da Fortaleza de Rio Pardo.



Fonte: MRE – Itamaraty, Brasília.

2.8 O PRIMEIRO ATAQUE À FORTALEZA JESUS MARIA JOSÉ II

Em 2 de fevereiro de 1754 a Fortaleza, também consagrada como a "Tranqueira Invicta", sob o comando do Tenente-Coronel de Dragões Thomaz Luiz Osorio, sofreu o primeiro ataque de toda a sua história. Ataque realizado pelos índios guaranis a mando dos jesuítas espanhóis. No dia anterior, a fortaleza havia sofrido um incêndio que devorou grande parte de suas instalações e dos suprimentos armazenados para a marcha do Exército de Gomes Freire rumo ao passo de São Lourenço do rio Jacuí, pouco acima de Cachoeira do Sul atual.

Na manhã do dia seguinte ao incêndio aproximaram-se da fortaleza três esquadrões índios da Missão de São Miguel, numerando cerca de 160 guerreiros, ao comando do cacique José Sepé Tiarajú. Vinham alguns a pé, outros a cavalo, armados com quatro pequenas peças de artilharia[17], feitas de taquaruçú retovadas de couro, flechas, lanças de quatro metros, fundas e algumas poucas armas de fogo. Atacaram a fortaleza por três lados, de uma distância de 250 passos. O lado voltado para o rio Jacuí não foi atacado.

Os disparos da "artilharia indígena", que foram concentrados sobre o baluarte da Bandeira, bem como as flechas disparadas por elevação, não causaram nenhum dano, em razão dos deficientes campos de vistas e de tiros dos atacantes. Ao primeiro disparo da artilharia da fortaleza, que matou alguns índios, os atacantes se retiraram, deixando para trás os quatro reparos de sua artilharia e as duas peças maiores. Na retirada, levaram 70 cavalos e uma boiada, esta pertencente à guarnição da fortaleza.

Na manhã de 27 de abril do mesmo ano, Sepé ataca novamente a Fortaleza com "três esquadrões, agora sob o comando de dois padres" (LAYTANO, 1979, p. 83). Esta refrega terminou com a prisão de Sepé Tiarajú[18] pelos militares da Fortaleza.

Dois anos depois, os indígenas se revoltam novamente, praticando depredações e hostilizando as tropas luso-espanholas. Com o objetivo de debelar a revolta indígena na região de Rio Pardo, Gomes Freire "iniciou a sua marcha por terra, em direção ao Rio Pardo, em 28 de junho de 1754" (CÉSAR, 1970, p. 150).

---

[17] Tratava-se de tubos de taquaruçu improvisados como canhões que lançavam pedras (pedreiros) sob ação da pólvora (Nota do autor).

[18] Conforme o Coronel Cláudio Moreira Bento, Sepé "foi preso com seus 53 índios. Sob promessa de devolver os 70 cavalos que tomara ao forte, fugiu ao ludibriar a escolta, indiferente ao destino de seus liderados, retidos como reféns" (http://www.ahimtb.org.br/fortbrasil.htm#rpardo).

Ainda sobre a fundação de Rio Pardo, importante informação nos fornece o Coronel Jonathas da Costa Rego Monteiro em seu livro "Dominação espanhola no Rio Grande do Sul 1763-177 – Primeira parte – A invasão espanhola":

> Em 1755, Gomes Freire, por carta de 3 de XI (3 de novembro) mandou construir uma nova igreja matriz no Rio Grande de S. Pedro (Rio Pardo), por ter ficado a antiga completamente arruinada pela explosão que se dera no armazém da pólvora, attendendo ao pedido do Vigário Manoel Francisco da Silva, feito em carta de 28 de Julho de 1755. Gomes Freire mandou cercar as principaes estancias Reaes, tendo mandado vender 20 mil cruzados de couros e comprou uma casa por 9 mil cruzados para residência do Governador do Rio Grande, conforme diz em sua carta de 10 de Dezembro de 1755 a Diogo de Mendonça (MONTEIRO, 1935, p. 27).

Com a morte de Sepé Tiarajú[19] em 7 de fevereiro de 1756 e, três dias depois, com a derrota indígena no Combate de Caiboaté na região de São Gabriel atual, finaliza o que se chama na historiografia de "segunda e última fase da Guerra Guaranítica" (GIORGIS, 2007, p. 32).

2.9 AS DEMARCAÇÕES DO TRATADO DE MADRI

No ano de 1754 haviam começado os trabalhos de demarcação definidos pelo Tratado de Madri, em trabalho conjunto luso-espanhol. Gomes Freire de Andrada foi o chefe português e o Marquês de Valdelírios[20] (o 4º com este título: Gaspar de Munive León Garabito Tello y Espinosa) foi o representante espanhol.

Realizados os trabalhos de demarcação, em 1757 Gomes Freire retorna e recolhe a sua tropa ao Rio Pardo quando, em carta dirigida à Corte, diz que na falta de "abastos" teria à sua "retaguarda as Estâncias do Rio Pardo e Viamão, que me farão seguro remédio" (CÉSAR, 1970, p. 159).

Esta manifestação de Gomes Freire de Andrade evidencia a importância de Rio Pardo na função logística de apoio às tropas, o que constitui o sétimo fator na defesa da área e das fronteiras. Por esta época, Gomes Freire recebe em Rio Pardo casais de açorianos que eram destinados às Missões e que permaneceram na região rio-pardense, constituindo o oitavo fator importante na defesa das fronteiras, mercê da ocupação de áreas para a agricultura.

---

[19] Sepé Tiarajú foi morto em combate em 7 de fevereiro de 1756, às margens da sanga da Bica, afluente do rio Vacacaí, no município gaúcho de São Gabriel. Derrubado da montaria por um soldado português, o governador de Montevidéo Don José Joaquin de Viana desferiu-lhe um tiro de pistola (Rio Branco, 1999, p. 70). Hoje, Sepé é considerado, erroneamente, um herói da Pátria brasileira, coisa que jamais foi. Pelo contrário, lutou contra portugueses e espanhóis. Seu nome está no Panteão dos Heróis da Pátria em Brasília.

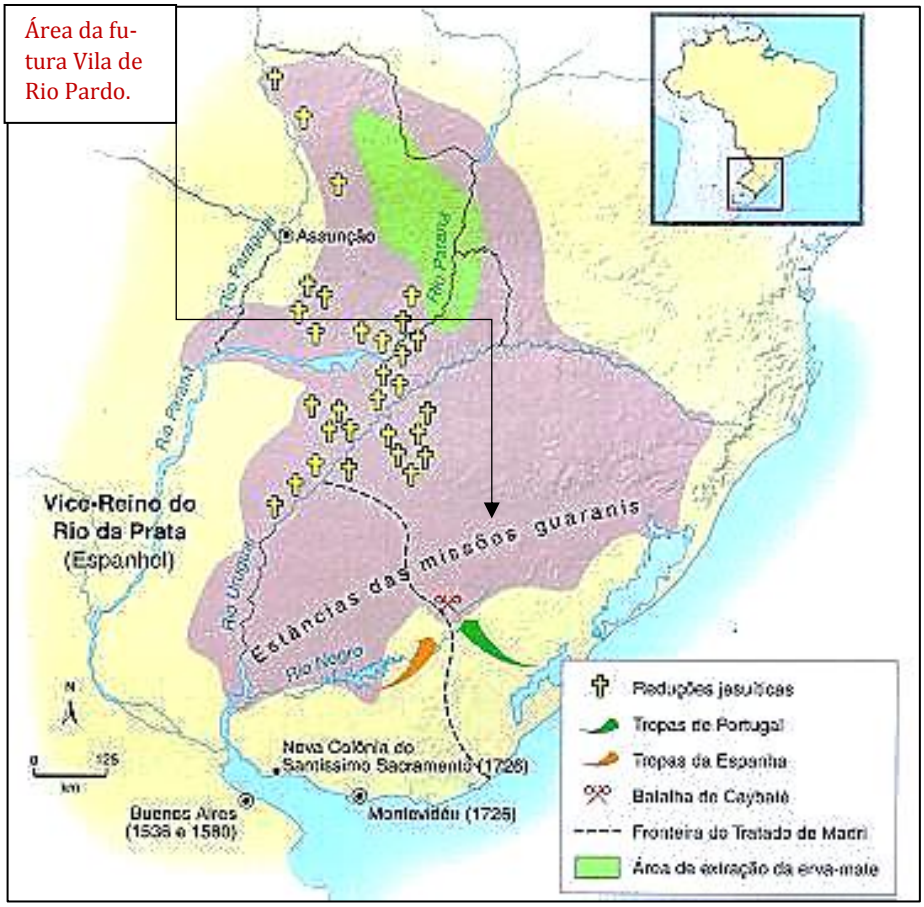
[20] Posteriormente substituído por Dom Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón.

Conforme Guilhermino César (p. 133): “A linha de penetração do povoador ilhéu[21] foi originariamente esta: Rio Grande – Capela Grande de Viamão – Porto de Viamão[22] – Triunfo – Santo Amaro – Rio Pardo”.

No que interessa a Rio Pardo, as suas fronteiras foram alteradas e sua área aumentada substancialmente com as demarcações do Tratado de Madri pela incorporação da área das Missões, ainda que o referido Tratado não tivesse suas prescrições sido integralmente realizadas em função da atuação agressiva dos índios guaranis missioneiros armados pelos jesuítas espanhóis.

O mapa abaixo mostra a situação da área do RS e adjacências por ocasião do início da década de 1750, quando da assinatura do Tratado de Madri. A linha tracejada representa a linha demarcatória do Tratado. Rio Pardo surgiu neste contexto, conforme a imagem 3.

Imagem 3 – Linha do Tratado de Madri de 1750.



Fonte: http://primeira-serie.blogspot.com.br/2007/08/tratados-de-limites.htm

[21] Açoriano.
[22] Futuramente, Porto Alegre.

2.10 A INVASÃO ESPANHOLA AO RIO GRANDE DO SUL

Em 1759, o Marquês de Pombal mandou expulsar os religiosos da Companhia de Jesus dos domínios portugueses em todo o mundo. Nesta época, conforme Guilhermino César:

> A província jesuítica do Brasil não possuía à data nenhuma casa instalada no Rio Grande, mas a proximidade dos Jesuítas espanhóis – que continuavam radicados nos Siete Pueblos, de onde só foram afastados em 1767 – representava um perigo potencial para o governo rio-grandense. Adversários tradicionais da política de expansão portuguesa, que os índios de seus aldeamentos haviam combatido em várias ocasiões – e agora rudemente atingidos pelo radicalismo pombalino – era natural que os discípulos de Loiola se dispusessem a auxiliar o governo de Buenos Aires contra a nação que havia declarado guerra de extermínio à sua Ordem (CÉSAR, 1970, p. 165).

Em função disto, o governo português desvinculou a administração do RS da jurisdição de Santa Catarina, criando assim o governo militar independente do Rio Grande de São Pedro e subordinando-o diretamente à chamada "Repartição do Sul", cujo titular, no Rio de Janeiro, era o Conde de Bobadela.

Evidentemente, a preocupação da Corte em Lisboa refletiu a importância da região do RS dentro das inspirações geopolíticas portuguesas em relação aos domínios espanhóis. O papel de Rio Pardo neste contexto ficou bem ampliado, mercê da ocupação, da vigilância e da segurança necessárias ao seu território. E este foi o nono fator para a defesa das fronteiras.

Foi nomeado o Coronel Inácio Elói de Madureira para governador da Capitania do Rio Grande de São Pedro, ato formalizado por Carta-patente de 9 de setembro de 1760. Madureira governou a capitania de 17 de janeiro de 1761 até 1º de setembro de 1763. Em função das desconfianças entre portugueses e espanhóis no que se refere ao Tratado de Madri, as duas coroas suspenderam as demarcações. Surgiu então o Tratado de El Pardo, o qual suspendeu o tratado de 1750. As Missões e a Colônia do Sacramento retornaram assim aos seus respectivos domínios.

Antonio Gomes Freire de Andrade utilizou este período para melhorar e ampliar as defesas do RS, sendo este processo o 10º fator na busca da consolidação das fronteiras posto que, à oeste, Rio Pardo já era a sentinela avançada na defesa das terras lusitanas. Em 1762, Dom Pedro de Cevallos invade e conquista a Colônia do Sacramento. Estava então declarada a guerra entre Portugal e Espanha causada, principalmente, pelos desentendimentos oriundos do chamado Pacto de Família na Europa, conjuntura que veio se refletir no sul da América do Sul.

Com a péssima notícia da perda de Sacramento, Gomes Freire de Andrade, extremamente desgostoso, faleceu em 1º de janeiro de 1763 no Rio de Janeiro.

O governador de Buenos Aires queria mais. Não lhe bastava somente Sacramento. Conforme Guilhermino César, o espanhol

> queria levar avante a conquista, arrebatar a Vila de São Pedro, sede do governo rio-grandense, e, alcançando a península do Estreito, atravessar os campos de Viamão e daí atingir a "fronteira" de Rio Pardo. Este último posto, onde Gomes Freire assentara dispositivos de defesa que fariam lendária a tranqueira do Jacuí, embargava o passo aos espanhóis e aos índios das Missões desejosos de expandir-se no sentido do litoral. Os fronteiros de Rio Pardo estavam cientes desse plano do inimigo; e, enquanto se preparavam para a defesa, fustigavam as Missões Orientais, de onde supunham que Cevallos receberia, como de fato recebeu, auxílio de várias naturezas, sobretudo cavalhadas e índios armados. Duas companhias de aventureiros paulistas, embarcados em Santos para o Rio Grande, vieram nessa época engrossar as tropas – em Rio Pardo e no Chuí (CÉSAR, 1970, p. 168).

Em Rio Pardo, ficaram estacionadas as tropas sob o comando do Tenente-Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto.

Em 19 de abril de 1763, o Forte de Santa Teresa, no Chuí, foi conquistado pelas tropas de Cevallos e cinco dias depois a Vila do Rio Grande, já evacuada pela população e pelas forças militares portuguesas, tendo sido então ocupada pelos espanhóis.

No final de abril, Cevallos já estava de posse de toda a região meridional da Lagoa dos Patos. No mesmo ano, porém, a 10 de fevereiro já havia sido assinado o Tratado de Paris[23], que estabeleceu o fim da Guerra dos Sete Anos na Europa e, em consequência, a paz entre Portugal e Espanha. Com isto, os espanhóis tiveram que devolver a Colônia do Sacramento para os portugueses. De qualquer forma, Rio Pardo foi quem garantiu a posse das demais áreas rio-grandenses para Portugal. Conforme Guilhermino César:

> Durante um período de confusões e dúvidas, desalentos e incertezas, alguns chefes militares portugueses mantiveram em ordem as fileiras de seu comando, contribuindo para restaurar a confiança numa reação eficaz contra o invasor. Distinguem-se, desta forma, o Ten Cel Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante da fronteira de Rio Pardo, e o Capitão Francisco Pinto Bandeira, em ação na zona do Estreito (CÉSAR, 1970, p. 170).

Cevallos devolveu a Colônia do Sacramento, mas não devolveu Rio Grande. Em face disto, o Governador do RS Coronel Inácio Elói de Madureira assinou com o dirigente espanhol uma CONVENÇÃO DE SUSPENSÃO DE ARMAS E DE LIMITES. Embora controvertido, este documento, conforme Guilhermino César, conduziu a um compasso de espera, conveniente nas circunstâncias:

---

[23] Cevallos, provavelmente, desconhecia a assinatura deste Tratado por ocasião das invasões da Colônia do Sacramento e da Vila de Rio Grande.

> É quase inconcebível que o Governador Madureira desse autorização a um seu representante para firmar semelhante protocolo. Acontece, porém, que ele foi útil aos nossos, por conduzir a um compasso de espera. Não fora essa convenção, talvez Cevallos[24] se houvesse apropriado do restante território, fazendo junção, por terra, com a Ilha de Santa Catarina, o que seria, sem dúvida, mortal para os interesses lusos na América (CÉSAR, 1970, p. 174).

Entretanto, em função das restrições à navegação na Lagoa dos Patos e no canal da Barra impostas pelos espanhóis, as populações de Rio Pardo, Viamão, Santo Amaro e Taquari ficaram privadas daquela navegação "com os mais graves inconvenientes para a articulação e remuniciamento das forças, bem como para a liberdade e comércio dos continentinos" (CÉSAR, 1970, p. 174).

A sede do governo foi transferida para Viamão. Tendo assumido o governo do RS em 16 de junho de 1764, o Tenente-Coronel José Custódio de Sá e Faria procurou recuperar o que havia sido perdido. Com este objetivo, realizou ele, em 1767, várias tentativas de retomada de Rio Grande, as quais não conseguiram desalojar o inimigo.

Neste contexto surgiram, entre outros, os nomes de grandes guerreiros gaúchos como Manuel Marques de Souza I e Rafael Pinto Bandeira. A "guerra à gaúcha" – tática de guerrilhas levada a cabo contra os espanhóis, passou a privar estes "de gado para consumo da tropa de ocupação e a amedrontar os índios missioneiros que vagavam pelas estâncias jesuíticas do Oeste" (CÉSAR, 1970, p. 175).

As bases para a luta contra os espanhóis no interior foram Rio Pardo, Taquari e Santo Amaro, principalmente a primeira, Rio Pardo, porque era a base localizada mais a oeste e contava com forte presença de forças terrestres. Este foi o 11º fator de preservação das fronteiras gaúchas em relação aos domínios de Espanha.

Pelo Decreto do governo de Madri de 27 de fevereiro de 1767, os jesuítas foram retirados das Missões da margem esquerda do rio Uruguai, e a direção foi confiada aos padres Franciscanos. Esta medida favoreceu os luso-brasileiros.

2.11 A FRONTEIRA DO RIO PARDO

Durante o governo do Coronel José Custódio de Sá e Faria, conforme Guilhermino César:

---

[24] Cevallos foi substituído por Dom Francisco de Paula Bucarelli y Úrsua em 15 de agosto de 1766, e este foi substituído, em 25 de agosto de 1770, por Dom Juan José de Vértiz y Salcedo.

> Foram logo reforçadas e ampliadas as defesas internas de Rio Pardo, Taquari e Santo Amaro. Esta região, a partir daí mais conhecida com o nome de Fronteira do Rio Pardo, ganhou importância fundamental no dispositivo de defesa, inclusive por servir de acesso – pela Encruzilhada – à Campanha e, pela estrada de São Martinho, às Missões Jesuíticas, pontos de onde poderia sobrevir ainda alguma surpresa (CÉSAR, 1970, p. 179).

Esclarecida fica, portanto, a capital importância de toda a região de Rio Pardo para a defesa do território, constituindo este o 12º fator. As forças espanholas presentes no RS jamais avançaram, a leste, para além do canal da Barra de Rio Grande e, a oeste, para o Vale do Jacuí.

Em 9 de março de 1769, foi nomeado Governador do RS o Coronel José Marcelino de Figueiredo[25], o qual tomou posse em 23 de abril em Viamão. Depois de um período de afastamento, assumiu novamente o governo do RS em 11 de junho de 1773.

Em 25 de julho, Marcelino transferiu a capital do RS de Viamão para Porto dos Casais, hoje Porto Alegre. Este foi o governador que obrou para a expulsão dos espanhóis. Obteve também reforços vindos de Laguna para a Tranqueira de Rio Pardo.

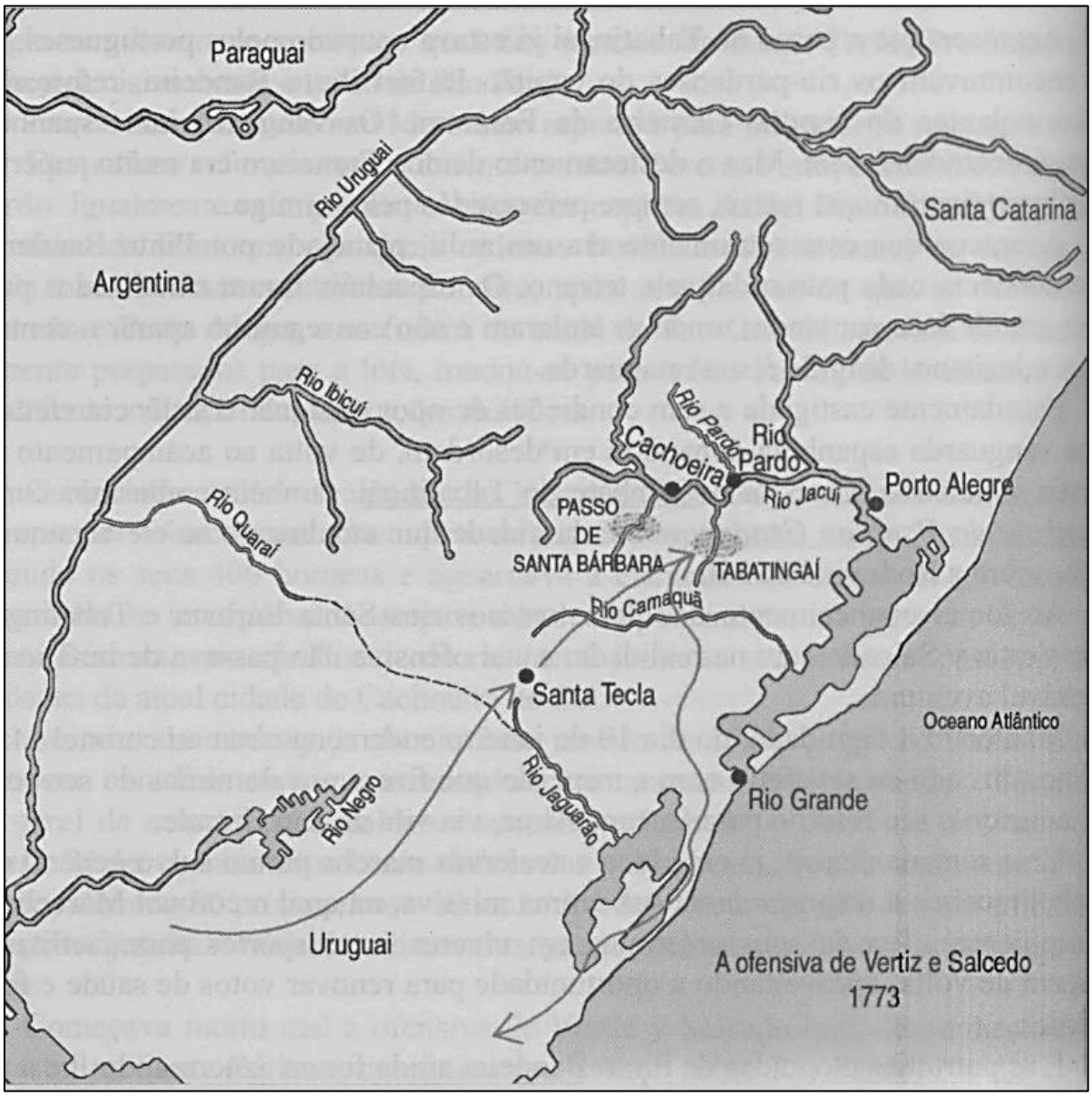
Em novembro de 1773, Vertiz y Salcedo pratica a segunda invasão do RS, quando construiu em Bagé a Fortaleza de Santa Tecla. Conforme o livro da História da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – Brigada Patrício Corrêa da Câmara, a Fortaleza foi estrategicamente localizada em uma das rotas de invasão vindas do Prata, e "como ponto de cruzamento obrigatório de importantes caminhos [...] Articulava, ao sul, Buenos Aires, Montevideo, Maldonado e o Forte de Santa Teresa com os Sete Povos das Missões, Rio Pardo, Porto Alegre e Vila de Rio Grande" (BENTO; GIORGIS, 2002, p. 76).

Em seu livro A Saga no Prata (p. 174), o historiador castrense Coronel Juvêncio Saldanha Lemos nos mostra o mapa (abaixo) da invasão do mexicano (a serviço de Espanha) Juan Jose de Vertiz y Salcedo ao território do atual Rio Grande do Sul.

---

[25] Pseudônimo de Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, capitão do Regimento de Voluntários Reais do Exército Português, enviado para o Brasil por ter abatido um oficial inglês em duelo por questões de honra e pundonor militar.

Imagem 4 – Invasão de Vertiz y Salcedo ao RS.



Fonte: LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata*. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2009, p. 174.

Sobre Rio Pardo nesta fase, Guilhermino César nos diz o seguinte:

> Rio Pardo, que se tornara o núcleo de resistência, defendido pelos Dragões, era sem dúvida um dos objetivos de Vertiz. E assim, fundada Santa Tecla, marchou ele para o Jacuí, mas foi surpreendido pelos milicianos do sargento-mor Rafael Pinto Bandeira, que fora mandado para observar o inimigo e fazer-lhe guerrilha. Mas Vertiz não se deteve; em dois encontros, a superioridade numérica o favoreceu. Chegou até às proximidades de Rio Pardo, mas recuou daí para a Vila do Rio Grande, sem atacar, entretanto, aquele baluarte, onde se achava na ocasião o governador Marcelino. As causas desse recuo de Vertiz, que viera disposto a aprofundar com essa operação o golpe desferido em 1763, podem explicar-se pelo desgaste que sofrera durante a sua longa marcha, vigiado e hostilizado que fora pelos rio-grandenses. Com efeito, no encontro de Santa Bárbara e nos violentos combates de Camaquã e Tabatingaí, os

> nossos guerrilheiros desarticularam por completo os planos de Vértiz e de seus dois imediatos, os capitães Francisco Zabala e Antonio Gomez de Velasco. Este foi feito prisioneiro, com outro capitão, um tenente, um alferes, e oitenta correntinos, no passo de Santa Bárbara, deixando boa cavalhada e gado vacum como presa de guerra (2 de janeiro de 1774). Enquanto isso, o Capitão Zabala, à frente de 440 soldados, era derrotado no Passo de Taba-tingaí e fugia em retirada, ante as forças de Rafael Pinto Bandeira, Cipriano Cardoso e José Carneiro da Fontoura, este último no comando de um contingente de Dragões. Esta ação, em tudo memorável, deu-se em 14 de janeiro de 1774. Recebendo em Rio Pardo, para onde se trasladara, uma intimação de Vertiz para que abandonasse as "terras de Espanha", José Marcelino respondeu com energia, repelindo a ameaça. Depois do que, sabedor, naturalmente, do insucesso de Zabala, Vértiz respondeu por seu turno ao Governador, dizendo-se satisfeito, pois tivera por objetivo destruir as guardas portuguesas ao Sul do Jacuí. Em continuação, iria visitar outros postos espanhóis da sua jurisdição – e após essa bravata, com que pretendeu mascarar o rotundo malogro que sofrera, voltou à sua base inicial, passando pela Vila do Rio Grande. Para o soldado nativo do solo rio-grandense, que então começava a aparecer, o recuo de Vértiz significava muito. Deixara ele, porém, atrás de si o baluarte de Santa Tecla. Forte de campanha, de construção singela, exercia ali o papel de guarda avançada. Tinha em verdade a função de registro. Mas simples registro que fosse, era um entrave à movimentação das forças luso-brasileiras. Porisso, quando a Metrópole, depois de muito contemporizar, se decidiu a expelir o invasor, uma das medidas preliminares que os nossos tomaram foi o envio de uma expedição para arrasar aquele reduto (CÉSAR, 1970, p. 184/185).

Conforme as Efemérides Brasileiras do Barão do Rio Branco, edição de 1999 do Senado Federal (p. 32), em 17 de janeiro de 1774:

> O General Vertiz, Governador de Buenos Aires, que se dispunha a atacar o nosso forte do Rio Pardo, ouvindo uma salva de artilharia e sabendo que naquele forte estava o governador do Rio Grande do Sul, Gomes de Sepúlveda (J. M. De Figueiredo era o seu nome oficial então), começa na noite deste dia uma rápida retirada (RIO BRANCO, 1999, p. 32).

Nesta fase, o RS estava dividido em duas partes. A parte oeste, tendo como limite a margem esquerda da Lagoa dos Patos, o Guaíba e o Jacuí, estava nas mãos luso-brasileiras. O território a leste estava nas mãos espanholas.

Em dezembro de 1774, nomeado comandante das tropas do sul com o objetivo de re-conquistar os territórios perdidos, chegou ao RS o alemão Tenente-General João Henrique de Böhm. Começava então uma nova fase na luta contra os invasores espanhóis. Auxiliado por José Marcelino de Figueiredo (então no comando dos Dragões do Rio Pardo), pelos Brigadeiros Jacques Funck e Antonio Carlos Furtado de Mendonça, e pelo irlandês Chefe de Esquadra Robert Mac Douall, Böhm pode "coordenar tudo, desdobrando-se em atividade e zelo realmente exemplares" (CÉSAR, 1970, p. 186).

Conforme Bento e Giorgis (2005, p. 52) sobre a Tranqueira Invicta:

> Rio Pardo foi denominada de "A Tranqueira Invicta" por se constituir, em 1774, em elemento decisivo de dissuasão dos objetivos do governador de Buenos Aires Vertiz

> y Salcedo, obrigando-o a retornar à Montevidéu, frustrado em seu sonho de conquistar todo o atual estado do Rio Grande do Sul. Salcedo pretendia, depois de eliminar as bases de guerrilhas portuguesas localizadas nas serras de Encruzilhada e Canguçu atuais, conquistar o atual estado do Rio Grande do Sul. Após vencer Rio Pardo, Taquari, Viamão e Porto Alegre seu plano era de, a seguir, operar junção em São José do Norte com outros efetivos de Espanha, os quais dominavam a vila de Rio Grande há 10 anos. Este foi o estratégico papel militar desempenhado por Rio Pardo, sem esquecermos que foi ali que teve início o processo civilizatório português, passando a ser conhecida como a Fronteira do Rio Pardo. A fortaleza foi a base de apoio militar e logístico para a expansão das estâncias por toda a citada fronteira. As estâncias nela se abasteciam (BENTO; GIORGIS, 2005, p. 52).

2.12 A RECONQUISTA

Conforme a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (tomo 21/3º trimestre/1858), as forças de terra previstas em 1776 para a defesa das fronteiras do RS eram de 6.717 homens. As forças de mar eram de 1.084 homens em 12 embarcações.

Em 1775, embarcou em Santos o Regimento de Infantaria de São Paulo com destino a Rio Pardo com 813 homens. No mesmo ano, embarcou a Legião de Voluntários Reais de São Paulo com destino a Viamão e Rio Pardo com 1.012 homens. Os efetivos eram iguais em Rio Grande e Rio Pardo. Conforme César (1970, p. 189):

> ...não faltaram recursos a Böhm para atacar e expulsar o inimigo. Dispunha de tropas vindas de Portugal e do Rio, de São Paulo e de Minas, além dos Dragões, dos índios e escravos dos serviços auxiliares, da esquadra de Mac Douall e dos aventureiros empregados na caça ao gado vacum e cavalar (CESAR, 1970, p. 189).

Conforme Lemos (2009, p. 177), a linha de defesa dos espanhóis era “assentada [...] em um estratégico tripé: a vila do Rio Grande, barrando as vias pelo litoral; o forte de Santa Tecla, bloqueando o caminho pela campanha ao sul do rio Jacuí e a Guarda de São Martinho, impedindo o acesso às Missões”.

Antes da reconquista da Vila de Rio Grande, os luso-brasileiros conquistaram, em 31 de outubro de 1775, a Guarda de São Martinho, localizada na região de Santa Maria atual. A Fortaleza de Santa Tecla, em Bagé atual, foi conquistada em 25 de março de 1776 por Rafael Pinto Bandeira e Patrício José Corrêa da Câmara à frente de 600 Dragões. No dia seguinte, começou o desmantelamento da fortaleza. Faltava a Vila de Rio Grande.

Conforme Guilhermino César (1970, p. 193/194):

> Ao alvorecer de 1° de abril, surpreendidos pela ação combinada de nossos soldados e marinheiros, caíram um a um os baluartes espanhóis. Os fortes de Santa Bárbara (ou do Mosquito) e Trindade cederam em primeiro lugar. Deste último posto os luso-brasileiros atingiram e silenciaram o da Mangueira, feito o que recrudesceram as hostilidades em outros pontos. Clareou o dia, e continuavam ainda em mãos do

> espanhol os fortes do Ladino e do Triunfo. Mas a sua esquadra, comandada por Francisco Morales, saída pratica-mente incólume do combate naval com Mac Douall, suportava agora pesado fogo dos nossos e viu-se enfim obrigada a deixar o canal, rumando para a barra. A manobra foi desastrosa: sob intenso bombardeio, os navios espanhóis terminaram encalhados. Morales, para não ser também esmagado, fugiu na capitânia. Ao fim do dia, após aturada resistência, rendeu-se o forte do Triunfo. Já pela noite a dentro, definida a situação, o Forte da Barra, o que mais trabalho dera aos atacantes, recebeu em cheio os efeitos da ação ofensiva. Seu comandante abandonou-o, preservando do aniquilamento a numerosa guarnição, que escapuliu para o Sul. Silenciados esses redutos, Böhm concentrou sua atenção sobre a Vila de Rio Grande. D. Miguel Texada, comandante da praça, foi intimado a entregá-la. Primeiramente contraponteou com o argumento de que Portugal e Espanha não estavam em guerra; intimado de novo, pediu prazo; e à noite, inesperadamente, abandonou a posição, deixando a vila deserta. O exército espanhol, em retirada, tomou o caminho do Chuí, com o objetivo de se concentrar nas posições da Angustura de Castilhos, à espera naturalmente da voz de comando que lhe viria da Espanha. [...] Terminara a ocupação espanhola. O Rio Grande voltava mais experiente e enaltecido ao mundo português, de que estivera parcialmente apartado durante 13 anos (CESAR, 1970, p. 193/194).

Por outro lado, ainda conforme Guilhermino César:

> Cumpre observar, finalmente, que o sacrifício feito pelos primeiros habitantes do Rio Grande, ao lado das tropas luso-castelhanas, emprestou significação política de primeira ordem à sua terra, tornou-a conhecida, carreou para ela novos povoadores e soldados, contribuiu ao devassamento das matas, à abertura de caminhos, à expansão das estâncias, ao germinar do espírito localista, caldeado ao nascer na luta com ardilosos inimigos (CÉSAR, 1970, p. 161).

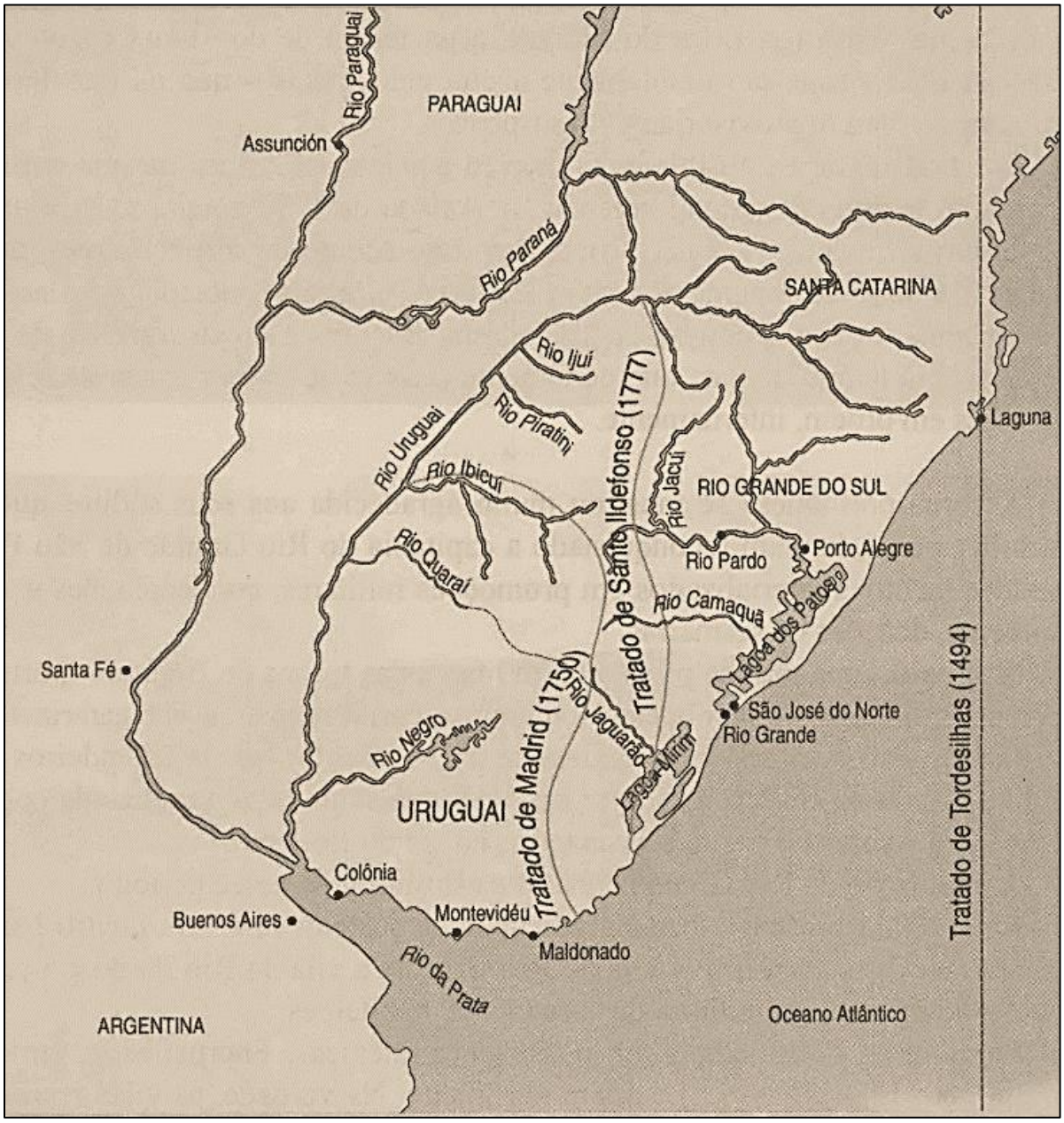
2.13 O TRATADO DE SANTO ILDEFONSO

No ano seguinte à restauração do RS, Portugal e Espanha celebraram, em 1º de outubro de 1777, um novo tratado – o de Santo Ildefonso. O tratado leva o nome da cidade espanhola localizada na província de Segóvia, onde foi assinado.

O principal objetivo foi o de resolver as questões relativas à Colônia do Sacramento, Missões e Ilha de Santa Catarina. Conforme Giorgis (2007, p. 34) “O Tratado foi uma vitória diplomática da Espanha. Portugal perde o direito de navegação no Prata. É confirmado o Tratado de Madri, sendo que as Missões ficam sendo espanholas”.

Conforme Guilhermino César (p. 199/200), este ajuste diplomático/territorial prejudicou o Brasil na medida em que as Missões e a Colônia do Sacramento passariam definitivamente ao domínio da Espanha. O RS teve seu território diminuído, sendo que a linha demarcatória partia do Chuí e seguia em direção norte, dividindo a província ao meio, conforme o mapa abaixo (Imagem 5), constante da obra A Saga no Prata, já citada (LEMOS, 2009, p. 191).

Imagem 5 – Linha do Tratado de Santo Ildefonso.



Fonte: LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata*. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2009, p. 191.

Este tratado foi uma derrota para Portugal, embora a corte portuguesa tenha recebido de volta a Ilha de Santa Catarina, então ocupada por Dom Pedro de Cevallos. O tratado estipulou também os Campos Neutrais, faixa de território entre as duas lagoas menores (Lagoas Mirim e Mangueira) e o mar, que não poderiam ser ocupadas por nenhuma das duas nações. É possível comprovar que Rio Pardo teve parte de seu território comprometido com o novo tratado, mas não a sede da Vila.

Os trabalhos de demarcação tiveram início em janeiro de 1784. Os espanhóis instalaram cinco marcos e os portugueses também cinco[26]. Mas os trabalhos de demarcação não tiveram êxito, tendo sido suspensos alguns anos depois. Já era, portanto, a segunda vez, no sul, em que demarcações foram estabelecidas, tentadas pelos tratados e não concluídas.

De qualquer forma, conforme nos relata o Coronel Juvêncio Saldanha Lemos[27], este período foi profícuo para o RS, surgindo diversas povoações, inclusive com aporte de pernambucanos, mineiros, cariocas, paulistas e catarinenses (que se transformaram em estancieiros). E também os colonos açorianos. Houve, portanto, um sensível incremento populacional. A presença lusitana, prossegue Lemos, na capitania "...sustentava-se em quatro bases: a Vacaria (ou cimo da Serra); a vila do Rio Grande; a vila do Rio Pardo; e a capital, Porto Alegre, muito orgulhosa dos seus 1.500 habitantes" (LEMOS, 2009, p. 192).

2.14 A GUERRA DE 1801 E A OCUPAÇÃO DAS MISSÕES

Passaram-se quase duas décadas nesta situação. Em 1801, Portugal e Espanha entraram novamente em guerra. Desta vez, o conflito esteve inserido no contexto bélico entre França e Inglaterra, a chamada "Guerra da Segunda Coligação". Portugal era aliada da Inglaterra e a Espanha era aliada da França napoleônica.

Em 20 de maio de 1801, tropas espanholas invadiram o território português, após a declaração de guerra em 27 de fevereiro, quase dois meses antes da invasão. Mais uma vez, as contendas bélicas na Península Ibérica iriam causar consequências no cone sul da América.

Tendo curtíssima duração, a guerra entre portugueses e espanhóis terminou em 6 de junho do mesmo ano pelo Tratado de Badajoz. Portanto, teve a duração de pouco mais de um mês. A guerra recebeu um apelido: Guerra das Laranjas. Pelo Tratado, Portugal perdeu definitivamente a região de Olivença[28] para a Espanha. A guerra provocou reflexos no chamado Cone Sul, permitindo a expansão das fronteiras portuguesas no RS.

---

[26] Em 15 de abril de 1787, um dos demarcadores, Dom José de Saldanha, chegou à região de Santa Maria atual, sul da Serra do Monte Grande (ou Boca do Monte). O seu acampamento teve longa duração no tempo, o que atraiu pessoas para a área. O capelão da expedição de Saldanha, Padre Eusébio de Magalhães Rangel e Silva, começou a prestar assistência religiosa a todos. Em seguida, o acampamento se tornou uma povoação, chamada então de Santa Maria da Boca do Monte. A Rua do Acampamento existe até hoje, com este nome. Saldanha permaneceu na região durante 14 anos.

[27] A Saga no Prata, p. 192.

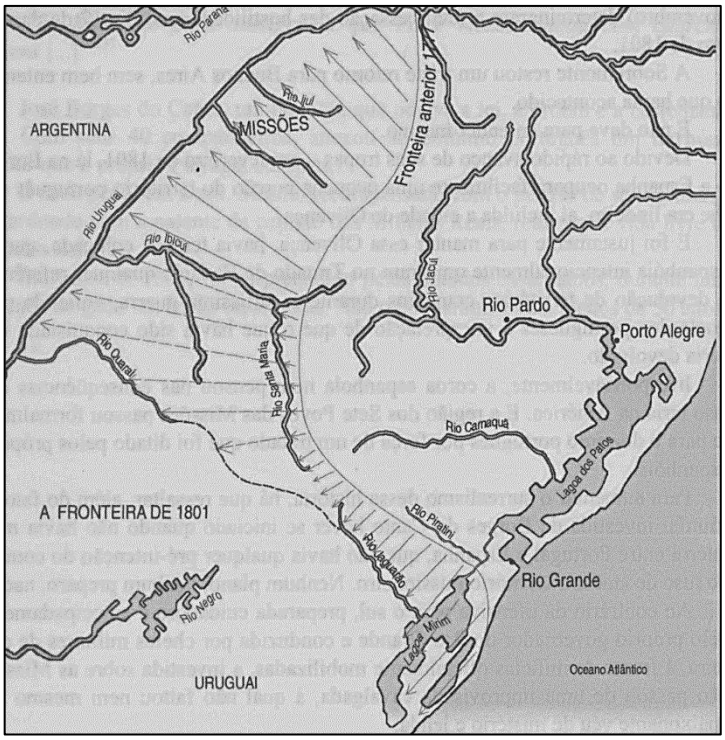
[28] Olivença está situada no Distrito de Portalegre, região do Alentejo. Até hoje Portugal reivindica sua jurisdição sobre a região. O município possui 12 mil habitantes.

Operações militares foram desencadeadas, mesmo após o término do conflito na Europa. Os comandantes brasileiros foram os coronéis Manuel Marques de Souza I[29] e Patrício José Corrêa da Câmara, que venceram os espanhóis no Passo das Perdizes e em Cerro Largo (LEMOS, 2009, p. 205/206). Na fronteira do Rio Pardo, o Coronel Patrício Câmara avançou com suas tropas nas direções oeste e sul expulsando os espanhóis (Idem). Ignoraram assim, propositadamente, o falido Tratado de Santo Ildefonso.

Nas Missões não foi diferente. Partindo da região de Santa Maria (Guarda de São Pedro Mártir), o capitão Francisco Barreto Pereira Pinto, auxiliado pelo estancieiro Manuel dos Santos Pedroso[30], pelo aventureiro José Borges do Canto[31] e por Gabriel Ribeiro de Almeida, entre outros, invadiu as Missões tomando São Miguel (a capital), São João, Santo Ângelo, São Luís, São Nicolau, São Lourenço e São Borja. Os espanhóis se retiraram, retornando logo após, quando reconquistaram Cerro Largo.

Entretanto, a notícia da Paz de Badajoz chegou às plagas gaúchas, o que causou a cessação das hostilidades em 17 de dezembro de 1801. Conforme o livro A Saga no Prata (LEMOS, 2009, p. 211), a fronteira no início do século XIX era a seguinte (abaixo):

Imagem 6 – Fronteiras do RS em 1801.



Fonte: LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 211.

[29] Avô do futuro Marechal Manuel Marques de Souza III – Conde de Porto Alegre, herói da Guerra do Paraguai.
[30] Riopardense, filho de um curitibano e de uma índia guarani. Foi tenente de milícias, depois promovido a tenente-coronel. Faleceu em 5 de abril de 1816 em Taquari (NUNES, 2015, p. 198).
[31] Tendo em vista sua experiência de combate, foi convidado para participar por Patrício José Corrêa da Câmara.

E o que havia sido conquistado pelos luso-brasileiros-gaúchos conquistado ficou. A região toda foi incorporada ao RS, definitivamente.

Na verdade, a Espanha fez uma troca tácita com Portugal: Olivença pela Missões.

2.15 LUÍS CARLOS BARBOSA LESSA: "RIO PARDO MANTÉM DE PÉ O CONTINENTE"

Em sua obra "Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo"[32], Barbosa Lessa sintetiza, no capítulo em epígrafe, a função de Rio Pardo como "polo de distribuição de terras". Vale a pena transcrever o seu conteúdo:

> Se Viamão é ainda a sede da Comandância Militar e dispõe do luxo de uma Câmara de Vereadores para a administração civil municipal, já Rio Pardo começa a firmar prestígio como sede do Regimento de Dragões e como polo de distribuição de terras. Antes de voltar para o Rio de Janeiro o Visconde de Bobadela fizera questão de recompensar seus oficiais doando-lhes as sesmarias de 13.068 hectares e, por outro lado, ajeitara a vida de muitos casais açorianos que ainda zanzavam em busca do prometido pouso. Datas[33] de um quarto de légua em quadro se estenderam ao longo do rio Jacuí, margem norte, até a forqueta[34] do rio Taquari e mesmo a montante desse último. Atraídos por essa linha de povoamento menos esparsa, menos descontínua, menos desolada, velhos sesmeiros do Viamão – como Cosme da Silveira e Jerônimo de Ornellas – terminaram se transferindo, com a família, para as cercanias rio-pardenses. Tal migração interna vinha a ser feita, porém, já não tanto à pata de cavalo ou pelas lerdas carretas puxadas a boi: evitando o caminho por terra marginal do rio Jacuí – que implicava em enfrentar o correntoso Caí e o largo Taquari – as viagens passavam a ser feitas através das águas do próprio Jacuí. Homem da beira do mar, o açoriano trazia sua primeira grande contribuição à Região Central: a canoa. Nota-se, pois, uma nítida ampliação da área de ocupação lusitana. A fronteira lacustre e fluvial que antes subia pela lagoa dos Patos até a confluência do Jacuí com o Caí agora como que faz um cotovelo, dobra para o oeste e vai até a confluência do Jacuí com o rio Pardo. De qualquer forma, continua a barreira natural para os espanhóis que queiram atacar pelo sul. Na margem norte do rio Jacuí vão surgindo os novos pontos de referência populacional. Entre a povoação de Rio Pardo e a forqueta do rio Taquari destaca-se a sesmaria do Bom Sucesso. Depois, a sesmaria da Piedade. Até mesmo a margem sul começa a ser timidamente ocupada em torno do arroio do Conde – sesmeiros Francisco Leão, Agostinho Gomes Jardim, José Fernandes Petim – e do arroio do Conde até Pedras Brancas, onde o sesmeiro Manuel Bento da Rocha faz charqueada para suprimento ao Porto dos Casais[35]. De onde vem essa gente? O sesmeiro de Bom Sucesso, Francisco Xavier de Azambuja, é natural de São Paulo. Manuel Bento da Rocha é reinol do arcebispado de Braga. Outros vêm de Trás-os-Montes, Alentejo, Minho ou da ilha da Madeira. Vão ganhando crescente prestígio os imigrantes de Açores, com sua dedicação à lavoura e a simplicidade de seus costumes domésticos. Por exemplo, os Furtado de Mendonça: Antonio e Isabel, com as filhas – Isabel Francisca, Mariana Antônia e Mariana Eufrásia. De onde quer que tenham vindo, todos têm como ponto em comum o espírito de vizinhança e a vontade de vencer solidariamente. O sesmeiro da Piedade, Manuel Gonçalves Meireles, cede

[32] Rio de Janeiro: Globo, 1884, p. 69.
[33] Porção de terreno.
[34] Ponto de confluência de dois rios formando ângulo agudo.
[35] Hoje Porto Alegre.

> parte de suas terras para a criação da capela e povoado de Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo. No respeitável lar de Jerônimo de Ornellas e de Lucrécia Leme Barbosa há o atrativo de lindas moças casadoiras: Fabiana, Rita, Antônia, Maria, Gertrudes, Clara, Teresa, Brígida... Entrecruzam-se as famílias e vai surgindo a primeira geração de autênticos "continentinos", isto é, nascidos no Continente. Casam muito bem as filhas de Antônio Furtado de Mendonça. Isabel Francisca, com Manuel Bento da Rocha. Mariana Antônia, com Mateus Inácio da Silveira. Mariana Eufrásia, com José Francisco Casado. Que gente trabalhadeira! Também vão se realizando os primeiros casamentos no clã dos Ornellas. Rita casa com Francisco Xavier de Azambuja, daí nascendo Faustina, Jerônimo e demais irmãos. Antônia casa com Manuel Gonçalves Meireles, daí nascendo Perpétua e demais irmãos. Teresa casa com Agostinho Gomes Jardim, daí nascendo José e demais irmãos. São esses povoadores que irão fazer progredir as freguesias de Rio Pardo, Nosso Senhor Bom Jesus do Triunfo, depois Santo Amaro e São José do Taquari, até as Pedras Brancas e Porto dos Casais. Obra de nossos troncos seculares, como os Meireles, os Ornellas, os Azambuja [...] (LESSA, 1984, p. 27) .

Rio Pardo, na função de centro distribuidor de terras, constituiu o 13º fator de segurança do território.

2.16 SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE RIO PARDO EM 1809

De acordo com pesquisas realizadas em sites especializados, obteve-se o mapa abaixo, que mostra a área sob a responsabilidade de Rio Pardo referida ao ano de 1809, no caso do seu segmento militar, ou seja, o seu braço armado para a defesa das fronteiras.

Imagem 7 – Território de Rio Pardo em 1809.

Fonte: PREFEITURA DE RIO PARDO. **Mapa Rio Pardo Colonial**. Disponível em: www.google.com.br/search?q= fronteira+rio+pardo&oq=fronteira+rio+pardo&aqs=chrome..69i57.4471j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#q=mapa+rio+pardo+colonial. Acesso em: 03 jun. 2019.

Verifica-se que o território de Rio Pardo era o maior do RS, abrangendo toda a fronteira norte, noroeste, oeste, sudoeste e sul da Província, incorporadas as Missões.

Com a ocupação das Missões, as freguesias, capelas e povoados sob a jurisdição de Rio Pardo eram as seguintes:

a) Nª Sª da Conceição de Cachoeira;

b) Nª Sª do Rosário de São Gabriel;

c) Nª Sª da Assunção de Caçapava;

d) Santa Bárbara de Encruzilhada;

e) São Francisco de Borja;

f) São Nicolau;

g) São Luís Gonzaga;

h) São Lourenço;

i) São Miguel Arcanjo;

j) São João Batista; e

k) Santo Ângelo Custódio.

Os limites da Região Missioneira chegavam às regiões atuais de Porto Alegre, oeste de Santa Catarina e Paraná, Paraguai, Argentina e Uruguai. Tudo conforme a imagem abaixo.

Imagem 8 - Reduções jesuíticas em Guairá e nos Sete Povos das Missões.

Fonte: Silva, 2014, p. 167.

2.17 ALGUNS RIO-PARDENSES ILUSTRES

O município de Rio-Pardo contribuiu, desde a sua formação, com homens e mulheres de considerável relevância no cenário político, econômico, militar e psicossocial do Rio Grande do Sul e do Brasil. Pessoas que, por sua projeção, puderam contribuir para a consolidação das fronteiras e do campo econômico e militar da região sul do Brasil.

E assim, foram militares, políticos, administradores, professores, artistas, escritores, fazendeiros, até mesmo industriais, etc. A relação abaixo, mesmo com o risco de serem omitidos outros nomes destacados, visa registrar a presença de figuras relevantes na História de Rio Pardo.

Afonso José de Almeida Corte Real (1805-1840)

Filho do Capitão dos Dragões do Rio Pardo Francisco de Borja de Almeida Corte Real, morto em ação no Combate de Catalán, em 4 de janeiro de 1817, na primeira guerra contra Artigas. Combateu na Guerra Cisplatina como cadete, participando da Batalha do Passo do Rosário, que resultou na independência do Uruguai. Participou na Revolução Farroupilha, como um dos mais ativos combatentes e quando Bento Manuel Ribeiro aderiu pela primeira vez ao Império, foi feito coronel da Guarda Nacional e saiu em seu encalço com o cunhado major João Manuel de Lima e Silva. Era excelente soldado portando qualquer arma que fosse. Participou de diversas ações como a Batalha do Seival. Foi preso da Batalha do Fanfa e levado ao Rio de Janeiro como prisioneiro. Recluso no forte de Santa Cruz fugiu um ano depois em companhia do Coronel Onofre Pires. Foi morto aos 34 anos numa emboscada no arroio Velhaco, na casa da fazenda de Marcos Alves Pereira Salgado, por uma força imperial, comandada por João Patrício de Azambuja. Segundo uma versão Corte Real teria reagido e sido morto com um tiro na testa, outra versão menciona que confundiu a partida como sendo amiga e foi morto com um tiro de flanco que lhe atravessou os pulmões e o fez cair morto. Está sepultado na catedral da cidade de Viamão.
Fonte: https://geni.com/people/Afonso-Corte-Real/600000017888789476. Acesso em: 06 jun 2019.

Alexandrino Faria de Alencar (1848-1926)

Almirante e senador durante a Primeira República. Casado com Amália Murray Simões e Santos, teve duas filhas e um filho, o ministro Armando de Alencar, do Supremo Tribunal Federal do Brasil. Participou como um dos comandantes da Revolta da Armada em 1893. Alexandrino de Alencar foi ministro da Marinha sucessivamente nos governos Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás e Artur Bernardes, ativando a reforma geral da Armada do Brasil. Foi ministro do Supremo Tribunal Militar. Tendo servido na Guerra do Paraguai, foi condecorado tanto pelo Brasil como pela Argentina. Senador da República em 1906 e 1921. Foi o reorganizador das forças navais brasileiras, quando à nova esquadra incorporam-se os mais poderosos navios da época, os encouraçados "São Paulo" e "Minas Gerais", os cruzadores "Rio Grande do Sul" e "Bahia" e dez contratorpedeiros. Foi o criador de vários institutos de ensino, como a Escola de Aviação Naval, em 1916.
Fonte: CPDOC/FGV.

Ana Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951)

Professora, escritora e poetisa. Filha de Joaquim Pedro da Silva Lisboa e de Maria Carlota do Amaral. Estudou o curso normal na Escola Normal de Porto Alegre, obtendo nota máxima em todas as disciplinas em 1881. Fundadora do Colégio Amaral

Lisboa na sua cidade natal, é considerada a precursora do ensino supletivo para adultos.
Fonte: http://redescobrindoriopardo.blogspot.com/2016/05/a-professora-publica-ana-aurora-do.html. Acesso em: 06 jun 2019.

Antônio Augusto Simões Pires (1766-1856)

Filho de Matheus Simões Pires e Catarina Ignacia da Purificação Gonçalves Borges. Foi Sargento-Mor de Dragões do Exército Brasileiro em Rio Pardo, onde foi, também, vereador.

Antônio Vicente da Fontoura (1807-1860)

Filho do agrimensor português Eusébio Manuel Antônio Gonçalves e de Vicência Cândida da Fontoura. Político, diplomata e comerciante brasileiro. Foi vereador pelo Partido Liberal em Cachoeira do Sul. Principal líder civil da República Rio-Grandense, durante a Guerra dos Farrapos, no início de 1841 Fontoura chefiou a missão diplomática da República Rio-Grandense a Montevidéu, ocasião em que selou aliança entre os farroupilhas e o líder uruguaio Fructuoso Rivera, de quem se tornaria amigo pessoal. Nomeado Ministro da Fazenda em setembro de 1841, promoveu o saneamento das contas da República e concentrou verbas no esforço de guerra, em contraste com a política orçamentária menos pragmática de seu antecessor, Domingos José de Almeida. Em 1842, Fontoura foi eleito deputado à Assembleia Constituinte do Alegrete com 2.474 votos. No parlamento rio-grandense, tornou-se líder do bloco de oposição ao núcleo militar da revolução, encabeçado por Bento Gonçalves e Antônio de Sousa Neto. Apesar de suas convicções republicanas, Fontoura não era defensor da manutenção da guerra e da independência do Rio Grande do Sul a qualquer custo. Convenceu-se de que esforço diplomático seria preferível à escalada militar do conflito, o que poderia agravar ainda mais o frágil quadro econômico gaúcho. Neegociou a paz de Ponche Verde, que reintegrou o Rio Grande do Sul ao Brasil.
Fonte: FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

Antonio Vicente de Siqueira Pereira Leitão (1809-1869)

Filho de Antonio Vicente de Siqueira Pereira Leitão e Juliana Pereira de Macedo. Advogado e magistrado brasileiro, filho do tenente português Antônio Vicente de Siqueira Pereira Leitão, realizou seus estudos preparatórios no Rio de Janeiro e depois formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1834. No Rio Grande do Sul, montou um escritório de advocacia. Na Guerra dos Farrapos, juntou-se ao movimento farroupilha, em cujo governo foi ministro das pastas da fazenda, justiça e da guerra. Com o final da guerra e com a anistia que se seguiu pode retornar à sua banca de advogado. Foi depois nomeado promotor público e funcionário da repartição de terras. Foi deputado à assembleia provincial em diversos mandatos. Nomeado juiz, foi transferido para Guarapuava, no Paraná, onde ficou por quatro anos, assumindo às vezes a posição de chefe de polícia de Curitiba. Transferido de volta para o Rio Grande do Sul, foi juiz em Santo Antônio da Patrulha e em Rio Pardo e depois desembargador em Porto Alegre.
Fonte: PORTO-ALEGRE, Achylles. Homens Illustres do Rio Grande do Sul. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.

Benjamim Franklin Ramiz Galvão (1846-1938)

Foi um médico, professor, filólogo, biógrafo e orador brasileiro. Primeiro e único Barão de Ramiz, lecionou grego, retórica, poética e literatura brasileira no Colégio Pedro II e foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi tutor do Príncipe Imperial D. Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança, durante sua infância. Foi diretor da principal biblioteca do país, a Biblioteca Nacional. Fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Letras e é patrono da cadeira 9 da Academia Rio-Grandense de Letras.
Fonte: http://bndigital.bn.gov.br/projetos/200anos/ramizGalvao.html.

Deoclécio de Paranhos Antunes (1902-1962

Militar do Exército Brasileiro, formado pela Escola do Realengo em 1927. Poeta, literato, jornalista, escritor e historiador. Pesquisador da Revolução Farroupilha, publicou no jornal Correio do Povo de Porto Alegre uma série importante de estudos sobre esse conflito. Possuiu vários livros publicados. Dentre eles, destaca-se o seu livro "Dragões do Rio Pardo". Fez parte da Academia Sul-Riograndense de Letras (1934-1944), ocupando a cadeira nº 30, da qual é patrono Marcelo Gama e da Sociedade Brasileira de Homens de Letras. Pertenceu também ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, tendo publicado várias obras.
Fonte: ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. Episódios e Perfis. Porto Alegre: Globo, 1935.

Ernesto Alves de Oliveira (1862-1891)

Filho de Manuel Alves de Oliveira e de Rafaela Azambuja de Oliveira. Fez os preparatórios no Colégio Gomes em 1873, com Assis Brasil e Júlio de Castilhos, e no Colégio Sousa Lobo. Seguiu para São Paulo, onde se formou em ciências jurídicas e sociais em 1883, depois de estrear na imprensa acadêmica. Durante o Império, foi propagandista da República e participou do Congresso de Santa Maria da Reserva, marco histórico do republicanismo gaúcho. Também fez parte do Clube Republicano Acadêmico e do Clube Republicano Rio-Grandense. Ingressou no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) logo nos primeiros anos de sua fundação. Em 1889, foi diretor de jornal A Federação, órgão oficial do partido. Depois de proclamada a República (15/11/1889), foi nomeado diretor interino da Instrução Pública do Rio Grande do Sul entre os anos de 1889 e 1890. Em setembro de 1890 foi eleito deputado federal constituinte e tomou posse em 15 de novembro seguinte, quando foi instalado o Congresso Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em fevereiro de 1891, em maio seguinte passou a exercer o mandato ordinário. Também foi diretor do jornal A República e advogado na cidade de Porto Alegre. Faleceu em Porto Alegre, vítima de tuberculose, em pleno exercício do mandato.
Fonte: Raimundo Helio Lopes/Izabel Noll (CPDOC/FGV).

Francisco de Paula do Amaral Sarmento Mena (1804-1836)

Militar do Exército Brasileiro. Filho de Francisco Xavier Sarmento Mena, assentou praça no Regimento de Dragões de Rio Pardo, em 1819, chegando ao posto de Tenente. Lutou na Guerra da Cisplatina (1825/27), tomando parte no sítio de Montevidéu, no combate de Tacuarembó e na Batalha do Passo do Rosário. Foi Presidente da Sociedade Defensora da Liberdade de Independência Nacional e um extremado revolucionário farroupilha. Em Pelotas, em 1836, prendeu o futuro Conde de Porto Alegre – Manoel Marques de Souza III. Durante o cerco de Porto Alegre, em 16 de julho do mesmo ano, vinte e três imperialistas atacaram no campo da Azenha quarenta homens comandados por seu irmão, Antônio Manuel do Amaral Sarmento Mena. Ouvindo o tiroteio, Francisco de Paula parte em socorro, e vendo o irmão ferido, assume o comando da pequena força sendo, também, ferido gravemente. Dos imperialistas, dezenove foram mortos, um gravemente ferido e outros dois feitos prisioneiros. Francisco faleceu dois dias depois com somente 32 anos e foi enterrado em Viamão.
Fonte: https://www.geni.com/people/Francisco-de-Paula-do-Amaral-Sarmento-Menna/6000000040810229462.

Gaspar Pinto Bandeira (1789-1818)

Militar do Exército Brasileiro. Participou, com vitória, do Combate do Potrero de Arapeí, ao comando do General José de Abreu. Morreu solteiro, sem descendência, no posto de Capitão, no Combate de Pichinango contra os orientais, Banda Oriental, em 1818.
Fonte: HTTPS://www.geni.com/people/Gaspar-Jos%C3%A9-Pinto-Bandeira/6000000000522065688.

João de Deus Mena Barreto (1769-1849)

Primeiro Barão e Visconde de São Gabriel, militar e político português e brasileiro. Filho do Coronel Francisco Barreto Pereira Pinto e Francisca Veloso da Silveira, foi casado com Rita Bernarda Cortes de Figueiredo Mena e era pai de João Manuel Menna Barreto. Assentou praça no Regimento dos Dragões, em Rio Pardo, tomando parte da campanha de 1801 quando, devido a atos de heroísmo, foi promovido a sargento-mor. Participou da campanha de 1811 como tenente-coronel, guarnecendo o território das missões, comandando, entre outros, José de Abreu, futuro barão de Cerro Largo. Em 1816, na Guerra contra Artigas (1816-1820), derrotou inicia-lmente a tropa do próprio José Artigas. Atacou o caudilho José Antonio Berdún que mantinha domínio sobre Quaraí, Ibirocaí e Inhaduí. Menna Barreto, após o ataque, vendo que o inimigo estava em posição vantajosa no terreno, ordenou que sua tropa fingisse uma retirada, o inimigo saiu em perseguição, até uma planície mais ampla, onde Menna Barreto pode utilizar toda sua cavalaria, vencendo a batalha de Carumbé (1819). A tropa portuguesa, com 480 homens, derrotou 800 inimigos, dos 238 foram mortos, enquanto os portugueses tiveram somente dois mortos e 22 feridos, entre eles o próprio Menna Barreto. Recuperado, coordena a ala esquerda das forças lusas, chefiadas pelo marquês do Alegrete, na batalha de Catalão, a 4 de fevereiro de 1817, saindo novamente vitorioso. Em 1818 é atacado por 1030 homens comandados por Aranda, no arroio Guabiju, derrotando-os, deixando 130 mortos, 270 prisioneiros e 600 cavalos; deixando somente um soldado de Menna Barreto morto. No mesmo ano é promovido a marechal. Foi presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 29 de agosto de 1822 a 29 de novembro de 1823, como integrante da junta governativa gaúcha de 1822-1824. Na Guerra da Cisplatina (1825-1828) não recebeu nenhum comando formal, tendo organizado tropas irregulares na fronteira, que derrotaram o inimigo no Passo Sarandi. Adoentado, em 1832 solicita seu afastamento do exército, que lhe é concedido. Em 1836, durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), participou da retomada de Porto Alegre pelos legalistas. Quando Bento Manuel Ribeiro passou para o lado dos farroupilhas, escreveu a Mena Barreto convidando a seguir seu exemplo, no que o marechal negou-se. Depois da Paz de Ponche Verde retorna a Rio Pardo, onde falece. É dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, comendador da Imperial Ordem de Avis e foi agraciado visconde de São Gabriel, em 10 de fevereiro de 1836. É o patriarca da família Menna Barreto, tendo usado o seu sobrenome e o de sua esposa, não usando o nome Pereira Pinto. Pai de Gaspar Francisco Menna Barreto e José Luís Menna Barreto.
Fonte: PORTO-ALEGRE, Achylles. Homens Illustres do Rio Grande do Sul. Livraria Selbach, Porto Alegre, 1917.

José Joaquim de Andrade Neves (1807-1869)

Filho de José Joaquim de Figueiredo Neves e Francisca Ermelinda de Andrade. Foi militar do Exército Imperial e da Guarda Nacional. Na década de 1835/45, combateu os farrapos, tendo lutado em outras diversas campanhas, quais sejam, a Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52 e a Campanha contra o uruguaio Athanásio Cruz Aguirre. Foi homenageado com o título de Barão do Triunfo. Chegou ao posto de General na Guerra da Tríplice Aliança onde teve destacada atuação na guerra contra Solano Lopes. Morreu em Assunção, ao final da guerra em 6 de janeiro de 1869. Em Lomas Valentinas (dezembrada), comandou as tropas que atacaram os paraguaios pela esquerda, conseguindo levá-las ao interior da posição fortificada. No ataque, porém, um tiro veio produzir-lhe grave ferimento no pé. Levado à Assunção foi recolhido ao palácio tomado de Francisco Solano López. Nos delírios da febre que o devorava, sob aquele clima de fogo, conta a lenda que o bravo general, como se naquele trágico momento o animasse uma alma espartana, julgava-se ainda à frente dos seus esquadrões e atirando as cobertas, bradava: "Mais uma carga, Camaradas! José Joaquim de Andrade Neves faleceu no palácio. Seus restos mortais estão na Matriz de Rio Pardo, sua cidade natal.
Fonte: ANTUNES, Deoclecio de Paranhos. Andrade Neves – O Vanguardeiro. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2008.

José Martins da Cruz Jobim (1802-1878)

Filho mais velho do tenente português José Martins da Cruz Jobim e de sua primeira esposa, Eugênia Fortes. Foi Médico do Paço Imperial, professor e político brasileiro.

Foi lente e diretor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, deputado pelo Rio Grande do Sul e Senador pelo Espírito Santo. Formado em medicina pela Universidade de Paris em 1828. Foi um dos pioneiros da psiquiatria no Brasil. Fonte: http://maragato-assessoramento.glogspot.com/2009/09/gauchos-ilustres_
14.html.

Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879)
Barão de Santo Ângelo - poeta, desenhista, pintor, arquiteto, escultor, historiador, jornalista, teatrólogo, professor, diplomata.
Fonte: http://maragatoassessoramento.glogspot.com/2009/09/gauchos-ilustres_
14.html.

Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (1810-1886)
Barão de Quaraí - juiz de Direito, desembargador, diplomata, deputado pelo Rio Grande do Sul em três legislaturas, senador do Império.
Fonte: http://maragatoassessoramento.glogspot.com/2009/09/gauchos-ilustres_
14.html.

Perseverando José Rodrigues Ferreira (1801 - ?)
Foi Presidente da Câmara Municipal de Rio Pardo. Por ocasião da revolução de 1835, assinou a resposta dos vereadores contra as propostas e insinuações do legalista Bento Manoel Ribeiro.
Fonte: http://maragatoassessoramento.glogspot.com/2009/09/gauchos-ilustres_
14.html.

Protásio Antônio Alves (1859-1933)
Médico, político, secretário do Interior do Rio Grande do Sul e vice-presidente do mesmo estado.
Fonte: http://maragatoassessoramento.glogspot.com/2009/09/gauchos-ilustres_
14.html.

Sebastião Xavier do Amaral Sarmento Mena (1809-1893)
Advogado, professor, jornalista e poeta. Teve papel saliente na Revolução Farroupilha, fazendo parte da Assembleia Constituinte de 1842. Destacou-se também na luta pela abolição da escravatura e na propaganda republicana.
Fonte: http://maragatoassessoramento.glogspot.com/2009/09/gauchos-ilustres_
14.html.

Vasco Henrique D'Avila (1905-1982)
Engenheiro civil, bacharel em Direito, procurador da República do Estado de Santa Catarina, presidente do Conselho Administrativo, do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados e do Conselho Penitenciário do mesmo estado; ministro do Tribunal Federal de Recursos desde sua criação, foi depois presidente e vice-presidente do mesmo e membro do Tribunal Superior Eleitoral; atuou também, várias vezes, no Supremo Tribunal Federal.
Fonte: http://maragatoassessoramento.glogspot.com/2009/09/gauchos-ilustres_
14.html.

3 CONCLUSÕES

Os treze fatores alinhavados do que representou Rio Pardo para a segurança das fronteiras da futura Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como também as suas próprias fronteiras, estão à disposição dos pesquisadores. Outros poderão ser incorporados. Constituem

eles as peças basilares da representação histórica de Rio Pardo como balizador da presença e da defesa do Rio Grande do Sul no que se refere à disputa geopolítica luso-brasileira e espanhola no século XVIII e início do XIX.

A fase do processo histórico abordado neste trabalho conclui-se com a invasão e tomada das Missões pelos luso-brasileiros-gaúchos em função dos desentendimentos peninsulares. No que se referiu às Missões, o *"status quo ante"* (anterior ao conflito) não foi decisivamente considerado pelas nações em luta, beneficiando-se com isso Portugal.

Salvo melhor juízo, o estado do RS, como também o Brasil, em relação ao território das Missões, foi beneficiado pela permuta praticada entre as cortes portuguesas e espanholas da região e da cidade de Olivença[36] que, definitivamente, passou a pertencer à Espanha. Esta, preferiu uma região na península ibérica do que lutar para reconquistar as Missões, embora tenha acontecido uma pífia tentativa para isto.

Rio Pardo, sua gente, suas autoridades, podem se considerar orgulhosos pelo que representaram na consolidação do território e das fronteiras do RS através dos seus antepassados. A presença militar, da igreja, das estâncias, da instrução foram, em última análise, os grandes vetores do processo aqui abordado, na medida exata em que, antes da Guarda de São Martinho, Rio Pardo foi o baluarte mais a oeste na presença lusitana.

E depois também, em função da sua localização geográfica, articulando-se por via fluvial com a capital e por terra com toda a região sul, sudoeste e oeste do RS. Da mesma forma que em outras regiões do país, como no Nordeste, Norte, Leste e Oeste, os luso-brasileiros souberam, no sul, lutar pela manutenção e consolidação das fronteiras.

Se no Nordeste, lutamos contra os invasores holandeses e franceses; se no Norte, lutamos contra usurpadores ingleses, franceses e holandeses; se no Oeste, lutamos contra descendentes de espanhóis e indígenas; se no Leste, lutamos contra os franceses no século XVI; no Sul, lutamos contra os espanhóis. Perdemos territórios, mas asseguramos e consolidamos outros.

20 anos depois do Tratado de Badajoz, outras contendas se seguiram, inclusive pela posse do território que, hoje, corresponde à República Oriental do Uruguai. O ciclo de lutas no cone-sul só seria arrematado com a derrota do Paraguai na Guerra da Tríplice Aliança. A monarquia lusa soube manter este vasto território até a consolidação das fronteiras habilmente negociadas pelo Barão do Rio Branco, já no período republicano.

---

[36] Localidade espanhola situada na região sudoeste do país, ao sul de Badajoz.

LUSO-SPANISH POLITICS FOR THE REGION OF THE RIVER OF SILVER IN THE 2nd HALF OF THE 18TH CENTURY: PARDO RIO AND THE DEFENSE OF THE BORDERS

Abstract: the struggles between the Spaniards and the Portuguese in the greater Rio de la Plata region began before the very discovery of Brazil, that is, in the Treaty of Tordesilhas in 1494. The line of the meridian of Tordesillas aroused several interpretations regarding the south-cone. According to Portuguese geographers, it passed east of the territory where today it is Rio Grande do Sul. According to the Portuguese, it passed over the Rio de la Plata, that is, thus containing the territory quoted as belonging to the Portuguese Coroa. During the Iberian Union (1580-1640) the meridian was no longer observed: all territories belonged to Spain. In 1640, everything returned to the status quo ante. In 1680, the Portugueses founded the Colony of the Sacramento on the eastern banks of the River Plate. It was the beginning of the diplomatic and military strife in the region. A number of treaties dealt with the theme, but the most notable was the Treaty of Madrid of 1750 which established the Sacrament of Spanish rule and the Missions to the north and north-west of present-day Rio Grande do Sul to Portugal. In the following demarcations the Guarani Amerindians, under the control of the Jesuits, strongly threatened the demarcations, originating the Guarani War of 1754/56. In this process, the Village of Rio Pardo was founded by the Portuguese, as the most eastern base of the Rio Grande for human and material support to the demarcations. Then came the saga of Rio Pardo and its first military and civilian inhabitants, as bastions not only against the threats of the natives but also against the future warlike strife against the invading Spaniards of the territory in 1763.

KEYWORDS: Colony of Sacramento. Treaty of Madrid. Guaraní War. Rio Pardo. Spanish Invasions.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL. **A Fortaleza Brasil.** Disponível em: http://primeira-serie.blogspot.com.br/2007/08/tratados-delimites.html (http://www.ahimtb.org.br/fortbrasil.htm#rpardo). Acesso em: 03 jun. 2019.

BENTO, Cel Claudio Moreira. **A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1996.

_____ Claudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. **Escolas Militares de Rio Pardo 1859-1911**. Porto Alegre: Genesis, 2005.

_____. **3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Patrício Corrêa da Câmara**. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul - Período Colonial**. Porto Alegre: Globo, 1970.

CORTE REAL, Afonso José de Almeida. **Perfil Completo.** Disponível em: https://www.geni.com/people/Afonso-Corte-Real/6000000017888789476. Acesso em: 03 jun. 2019.

COSTA, Elmar Bones (Org.). **História Ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Já Editores/Zero Hora, 1998, 20 fascículos.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. In: **Censos do Rio Grande do Sul 1803 - 1950**. Porto Alegre, 1981.

GIORGIS, Cel Luiz Ernani Caminha. **Brasil - Linha do Tempo**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2007.

LAYTANO, Dante de. **Guia Histórico de Rio Pardo**. Porto Alegre: AGE, 1979.

LEMOS, Juvêncio Saldanha, Cel. **A Saga no Prata**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009.

LESSA, Luis Carlos Barbosa. **Rio Grande do Sul, Prazer em conhecê-lo**. Rio de Janeiro: Globo, 1984.

LISBOA, Ana Aurora do Amaral. **Redescobrindo Rio Pardo.** Disponível em: http://redesco-brindoriopardo.blogspot.com/2016/05/a-professora-publica-ana-aurora-do.html. Acesso em: 03 jun. 2019.

LUZ, Maturino (Coordenador). **Antiga Escola Militar de Rio Pardo**: história e arquitetura. Porto Alegre: Defender, 2007.

MARAGATO ASSSESSORAMENTO. **Gaúchos Ilustres.** Disponível em: http://maragatoas-sessoramento.blogspot.com/2009/09/gauchos-ilustres_14.html. Acesso em: 03 jun. 2019.

PORTO-ALEGRE, Achylles. **Homens Illustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

PORTO, Aurélio (Org.). Terra Farroupilha – Formação do Rio Grande do Sul – Parte Histórica. Porto Alegre: Governo do Estado, sem data de publicação.

REGO MONTEIRO, Jonathas da Costa, Coronel. **Dominação espanhola no Rio Grande do Sul 1763-1777 – Primeira parte – A invasão espanhola 1763**. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1935.

RIO BRANCO, Barão do. **Efemérides Brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.

RIO PARDO. **Dados do Município de Rio Pardo.** Disponível em: www. rio-pardo.rs.gov.br/dados-do-municipio-de-rio-pardo/. Acesso em: 03 jun. 2019.

RIO PARDO. **Mapa Rio Pardo Colonial**. Disponível em: www.google.com.br/search?q= fron-teira+rio+pardo&oq=fronteira+rio+pardo&aqs=chrome..69i57.4471j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#q=mapa+rio+pardo+colonial. Acesso em: 03 jun. 2019.

SILVA, Juarez Nunes. **A Terra dos Quatro Ventos**. Caxias do Sul: Lorigraf, 2014.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro, Embaixador. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. BIBLIEx, 1973.

ANEXO A

Atual Brasão de Rio Pardo.

Fonte: site da Prefeitura Municipal (https://www.riopardo.rs.gov.br/)